

----- **ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LISBOA** -----

----- **Mandato 2017-2021** -----

----- **SESSÃO EXTRAORDINÁRIA REALIZADA EM DEZ DE ABRIL DE DOIS MIL E DEZOITO** -----

----- **ATA NÚMERO DEZOITO** -----

----- Aos dez dias do mês de abril de dois mil e dezoito, em cumprimento da respetiva convocatória e ao abrigo do disposto nos artigos vigésimo oitavo e trigésimo do Anexo I da Lei número setenta e cinco de dois mil e treze, de doze de setembro, e nos artigos, vigésimo quinto e trigésimo sétimo do seu Regimento, reuniu a Assembleia Municipal de Lisboa, na sua sede, sita no Fórum Lisboa, na Avenida de Roma, nº 14, em Lisboa, em Sessão Extraordinária, sob a presidência do Presidente em exercício, Excelentíssimo Senhor Rui Paulo da Silva Soeiro Figueiredo, coadjuvado pela Excelentíssima Senhora Patrocínia da Conceição Alves Rodrigues Vale César e pela Excelentíssima Senhora Maria Virgínia Martins Laranjeira Estorninho, respetivamente Primeira Secretário em exercício, e Segunda Secretária. -----

----- Assinaram a “Lista de Presenças”, para além dos mencionados na Mesa da Assembleia, os seguintes Deputados Municipais: -----

----- Aline Gallash Hall de Beuvink, Álvaro da Silva Amorim de Sousa Carneiro, Ana Margarida Taborda Duarte Martins de Carvalho, Ana Maria de Campo Pedroso Mateus, Ana Maria Gaspar Marques, Ana Sofia Soares Ribeiro de Oliveira Dias Figueiredo, André Nunes de Almeida Couto, António Manuel Pimenta Prôa, António Modesto Fernandes Navarro, Artur Miguel Claro da Fonseca Mora Coelho, Carla Cristina Ferreira Madeira, Cláudia Alexandra de Sousa e Catarino Madeira, Diogo Feijóo Leão Campos Rodrigues, Fernando Garcia Lopes Correia, Fernando Manuel Moreno D’Eça Braamcamp, Fernando Manuel Pacheco Ribeiro Rosa, Francisco Américo Maurício Domingues, Graciela Lopes Valente Simões, Hugo Alberto Cordeiro Lobo, Inês Drummond Ludovice Mendes Gomes, Isabel Cristina Rua Pires, Joana Margarida Durão Ferreira Alegre Duarte, João Diogo Santos Moura, João Luis Valente Pires, João Maria Correa Monteiro Macieira Condeixa, Jorge Manuel Jacinto Marques, José Alberto Ferreira Franco, José António Barbosa Borges, José António Cardoso Alves, José Inácio da Silva Ramos Antunes Faria, José Luis Sobreda Antunes, José Manuel Rodrigues Moreno, José Maximiano Albuquerque Almeida Leitão, Luis Filipe da Silva Monteiro, Luis Pedro Alves Caetano Newton Parreira, Mafalda Ascensão Cambeta, Manuel Malheiro Portugal de Nascimento Lage, Margarida Carmen Nazaré Martins, Maria Alexandra Almeida da Cunha Cordeiro da Mota Torres, Maria do Carmo do Amaral Cabral da Câmara Pereira Munoz, Maria da Graça Resende Pinto Ferreira, Maria Irene dos Santos Lopes, Maria Luisa de Aguiar Aldim, Maria Simoneta Bianchi Aires de Carvalho Luz Afonso, Maria Teresa Craveiro Pereira, Mário Jorge Paulino de Oliveira de Almeida Patrício, Miguel Alexandre Cardoso Oliveira Teixeira, Miguel Farinha dos Santos da Silva Graça, Miguel Nuno Ferreira da Costa Santos, Natalina Nunes Esteves Pires Tavares de Moura, Patricia Carla Serrano Gonçalves, Paula Inês Alves de Sousa Real, Paulo Jorge Velez Muacho, Ricardo de Sant’Ana Godinho Moreira, Rodrigo Maria Santos

de Mello Gonçalves, Rui Pedro Costa Lopes, Rute Sofia Florência Lima de Jesus, Silvino Esteves Correia, Tiago Maria Sousa Alvim Ivo Cruz, Vasco André Lopes Alves Veiga Morgado, Pedro Miguel Tadeu Costa, Bruno Miguel, Margarida Afonso, João Miguel Estrompa de Almeida, Susana Maria da Costa Guimarães, Henrique João Tavares Frias Sá e Melo, Margarida Isabel Bentes Penedo, Mário Nelson Morais Freitas, Gabriel Maria Baptista Fernandes e Rosa Maria Carvalho da Silva. -----

----- Faltaram à reunião os seguintes Deputados Municipais:-----

----- Augusto Miguel Gama Antunes de Albuquerque e Fábio Martins de Sousa.-----

----- Fizeram-se substituir, ao abrigo do disposto no artigo 78.º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, com a redação dada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de janeiro, o qual se mantém em vigor por força do disposto, *a contrario sensu*, na alínea d), do n.º 1, do artigo 3.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, e do artigo 8.º do Regimento da Assembleia Municipal de Lisboa, os seguintes Deputados Municipais:-----

----- André Moz Caldas (PS), Presidente da Junta de Freguesia de Alvalade, por um dia, tendo sido substituído pela substituta legal Deputada Municipal Margarida Afonso.-----

----- Pedro Miguel de Sousa Barrocas Martinho Cegonho (PS), Presidente da Junta de Freguesia de Campo de Ourique, por um dia, tendo sido substituído pelo substituto legal Deputado Municipal Pedro Miguel Tadeu Costa.-----

----- José António Nunes do Deserto Videira (PS), Presidente da Junta de Freguesia de Marvila, por um dia, tendo sido substituído pelo substituto legal Deputada Municipal Susana Maria da Costa Guimarães.-----

----- Pedro Delgado Alves (PS), Presidente da Junta de Freguesia de Lumiar, por um dia, tendo sido substituído pelo substituto legal Deputado Municipal Henrique João Tavares Frias Sá e Melo.-----

----- Davide Miguel Santos Amado (PS), Presidente da Junta de Freguesia de Alcântara, por um dia, tendo sido substituído pelo substituto legal Deputado Municipal Bruno Miguel.-----

----- Carlos Barbosa (PSD), por um dia, tendo sido substituído pela Deputada Municipal Rosa Maria Carvalho da Silva.-----

----- Francisco Rodrigues dos Santos (CDS-PP), por um dia, tendo sido substituído pela Deputada Municipal Margarida Isabel Bentes Penedo.-----

----- Maria Cristina Castel-Branco Alarcão Júdice (CDS-PP), por um dia, tendo sido substituída pelo Deputado Municipal Gabriel Maria Baptista Fernandes.-----

----- Raúl Santos (MPT), por um dia, tendo sido substituído pelo Deputado Municipal Mário Nelson Morais Freitas.-----

----- António Avelãs (IND), por um dia, tendo sido substituído pelo Deputado Municipal João Almeida.-----

----- A Câmara esteve representada pelos Senhores Vereadores João Paulo Saraiva, Ricardo Robles e Manuel Salgado.-----

----- Estiveram ainda presentes os Senhores Vereadores da oposição: João Gonçalves Pereira, Maria Assunção Cristas, Maria da Conceição Zagalo, João Pedro Abreu Costa, Carlos Moura e Nuno Correia da Silva.-----

----- Às quinze horas e vinte minutos, constatada a existência de quórum, **o Senhor Presidente em Exercício da Assembleia** declarou aberta a reunião. -----

----- **PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO** -----

----- **O Senhor Presidente em Exercício, Rui Paulo Figueiredo,** no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Vamos começar pelo período de intervenção aberta ao público, temos quatro inscrições de três minutos, cada uma. A primeira inscrita é um Lily Nóbrega o tema é a violência contra as mulheres, podíamos começar. -----

----- Senhoras e Senhores Deputados, estamos a começar o período intervenção do público, agradecia mais uma vez que se pudessem sentar se querem continuar a conversar têm muitos espaços aqui no anfiteatro onde o podem fazer, sem perturbar o no início dos nossos trabalhos. -----

----- Muito boa tarde, tem direito a três minutos. Se quiser deixar alguma documentação, a intervenção escrita, mesmo que não tenha tempo para a proferir toda poderá deixar e será integralmente transcrita para a Ata e distribuída depois aos Grupos Municipais. -----

----- Tem a palavra, Senhores Deputados e Senhoras Deputadas, agradecia o vosso silêncio.” -----

----- **A Muniçipe, Senhora Lily de Nóbrega,** no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Boa-tarde Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Municipal de Lisboa, Senhores Deputados e Senhoras Deputadas Municipais. -----

----- Realizou-se ontem, 9 de abril, uma primeira Reunião de uma “Plataforma Local de Intervenção na Área do Trabalho Sexual”, promovido pela Câmara Municipal, Departamento para os Direitos Sociais. -----

----- De acordo com a convocatória tal reunião visa a consolidação de uma Plataforma Local de respostas na área do trabalho sexual na cidade de Lisboa, surpreendidas com a existência de tal Plataforma com a utilização da expressão “trabalho sexual” e com a intenção de se dar continuidade ao caminho que tem vindo a ser trilhado no domínio do Trabalho Sexual na cidade de Lisboa, caminho esse que desconhecemos e a existir, não se encontra plasmado em qualquer programa, atividade ou GOP da Câmara Municipal, o Movimento Democrático de Mulheres, a Associação “O Ninho” e a Plataforma Portuguesa para o Direitos das Mulheres, solicitaram uma reunião com carácter de urgência, ao Senhor Presidente da Câmara Municipal de forma a obtermos esclarecimentos detalhados sobre o objetivo de tal reunião. -----

----- Assim, realizou-se ontem, três horas antes da reunião da dita Plataforma, uma audiência com o Senhor Vereador Ricardo Robles, onde foi possível apurar o seguinte. A Câmara Municipal, segundo o Senhor Vereador vai adotar a denominação de “trabalho sexual” ao se referir à prostituição por a considerar adequada não obstante reconhecer que a expressão é polémica na sequência destas informações, desejamos manifestar a esse órgão, as seguintes preocupações, primeiro a adoção da expressão “trabalho sexual” encerra em si mesmo um conceito, um

*conceito que implica o reconhecimento da prostituição como um trabalho, o proxenetismo como um negócio legítimo, os prostituidores como meros consumidores de serviço. Encerra em si mesma a tentativa semântica normalizar uma terrível forma de violência contra mulheres, crianças e homens institucionalizando-a e abrindo caminho para a regulamentação da prostituição debate que não cabe à Câmara Municipal de Lisboa. A adoção da expressão “trabalho sexual” não é, portanto, inócua ou inocente e muito menos adequada. -----*

*----- Segundo, o caminho para o aprofundamento do conhecimento não pode dispensar todas as organizações que intervêm no terreno. Portanto, não podem excluir por razões de estratégia partidária quem no terreno, tem intervenção há décadas, nesta e em outras matérias. Se a Câmara Municipal está preocupada com esta matéria, inclua no plano de trabalho dos direitos e sociais e para mais admite tratar-se de um assunto que envolve pessoas, absolutamente vulneráveis, não pode ter como propósito da dita Plataforma articular a distribuição de preservativos e a recuperação do velho e chumbado projeto de construção de um bordel na cidade de Lisboa sobre o moderno nome SafeHouse (como foi anunciado pelo Vereador) -----*

*----- Terceiro, melhorar as respostas, neste âmbito, implica a adoção de um plano municipal de apoio às pessoas prostituídas, e desde logo criando programas de saída para quem o deseja, programas de prevenção da entrada no sistema prostitucional e integração dos desafios no combate ao tráfico humano nesta estratégia. -----*

*----- Quarto, as organizações transmitiram ao Senhor Vereador que a Câmara Municipal conta e contará até ao limite das forças com essas organizações para colaborarem no sentido do combate ao sistema prostitucional na defesa e apoio às pessoas prostituídas. Mas não contará com a nossa cumplicidade na violação das convenções vinculadas da ONU para a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Mulheres (CEDAW) e para a Supressão do Tráfico de Pessoas e Exploração da Prostituição de Outrem nem da própria Constituição da República Portuguesa. Aliás, essa colaboração podia ter sido resolvida se tivesse aceite a sugestão de dominar ao dito Plano, o nome de Plano local de intervenção na área da prostituição. -----*

*----- Assinalamos que a Câmara Municipal optou assim pela discriminação propositada das referidas organizações, excluídas deste processo não por opção própria mas pela convicção de um vereador em usar uma terminologia que nos separa, desprezando os pontos de convergência que são os da proteção dos direitos na saúde e na integração social das pessoas prostituídas. Assim fica claro, que a postura da Plataforma agora criada pela Câmara Municipal, nada tem que ver com os direitos das pessoas prostituídas. Mas sim que ver, fazer um caminho pelo facto consumado da discussão na regulamentação prostituição no nosso país, que necessita para o efeito da aceitação do referido termo. -----*

*----- Quinto, e último, pelo exposto, pedimos a intervenção da Assembleia Municipal e de todos os eleitos para que não aceitem a institucionalização deste programa e a política, do facto consumado que colaborem na denúncia e combate desta forma de violência particularmente contra as mulheres que intervenha, que intervenham numa*

*matéria que constitui um sério problema social e tem que ser travado, não pela aceitação na base da tradição e da cultura, nem pelo jogo dos lobbies pró-proxenetismo mas pela coragem de olharmos as pessoas prostituídas como seres humanos de plenos direitos, pessoas vulneráveis que devem ser de acordo com o enquadramento legal vigente o justo respeito pelos seus direitos fundamentais à saúde, à formação, à reinserção, à proteção social no âmbito das competências da legalidade de uma autarquia e sem extravasar os limites da lei nacional e internacional vigente.* -----

----- *Obrigado*”. -----

----- (O **documento** entregue pela **Município** é **anexado a esta Ata, como Anexo I** e dela faz parte integrante). -----

----- **O Senhor Presidente em Exercício, Rui Paulo de Figueiredo** no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Obrigado pela sua intervenção, será naturalmente distribuída aos diferentes Grupos Municipais bem como à Comissão Permanente competente em razão da matéria. Vamos passar à segunda intervenção do público, que é o Senhor Rui Sousa Costa, já participou em três sessões da nossa Assembleia Municipal, sobre os diferentes temas e portanto já conhece bem, o nosso *modus operandi*. Têm direito a três minutos, a sua intervenção senão conseguir concluir, será integralmente transcrita para ata, integralmente distribuída, quer à Câmara quer aos Grupos Municipais e às Comissões”. -----

----- **O Município, Senhor Rui Sousa** no uso da palavra fez a seguinte intervenção: ----

----- “*Senhor Presidente da Assembleia Municipal em exercício, Membros da Mesa, Senhores Deputados e Senhores Vereadores, e restante público os meus cumprimentos. O que aqui me traz é a Petição nº18, de 2017, Jardim dos Cavaleiros, desde logo felicito os peticionários pela premência do tema que se reflete numa vasta zona que abrange aquela onde resido o Jardim do Arco do Cego.* -----

----- *Mas, estarão de acordo comigo devemos ser rigorosos para que as situações sejam bem claras e precisas assim, em relação à petição, a certa altura, dizem os peticionários pedir à Câmara Municipal de Lisboa, Assembleia Municipal que avalie a proibição da venda de álcool para o exterior a partir de determinada hora à semelhança do que sucedeu junto ao Jardim do Arco do Cego, quero precisar que o que foi feito junto ao Jardim do Arco do Cego foi uma limitação dos horários de funcionamento dos estabelecimentos de venda de bebidas alcoólicas e não a proibição para o exterior da venda de álcool, infelizmente.* -----

----- *Em relação ao relatório da 8ª Comissão Permanente, a certa altura, dizem que esses problemas parecem ter-se agravado na sequência das obras realizadas no espaço público e das medidas implementadas da limitação de horários relativamente aos estabelecimentos adjacentes ao Jardim do Arco do Cego, salvo melhor opinião, o problema agravou-se pelo aparecimento no Jardim dos Cavaleiros de exposições de motos de tuning e outros fenómenos associados ao consumo de álcool e outros produtos, alguns trazidos nas bagageiras dos veículos em causa que ali se juntam regularmente.* -----

----- *Em relação às recomendações também da Comissão, independentemente das medidas esplanadas, pela 8ª Comissão que são relevantes, considero que a Câmara Municipal de Lisboa e por impulso, desta Assembleia deve passar a uma nova fase intervenção em toda a zona, objeto das sucessivas medidas assim uniformizar os horários dos estabelecimentos da zona, proibir o consumo na via pública, instalar a videovigilância nos pontos já definidos, ter vigilância humana nos jardins. É que, como há tempos disse o Senhor Presidente da Câmara Municipal de Lisboa e o despacho bem fundamentado que o Vice-Presidente corroborou para que tudo aponte, que tem que se impedir que os problemas mudem apenas do local como agora vai acontecendo.*-----

----- *Muito obrigado*” .-----

----- **O Senhor Presidente em Exercício, Rui Paulo de Figueiredo** no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- *“Muito obrigado pela sua intervenção, naturalmente os diferentes Grupos Municipais que terão intervenção neste ponto da Ordem de Trabalhos, bem como todos aqueles que que tem acompanhado o tema tomaram boa nota dessa intervenção, naturalmente, será distribuída quer à Câmara quer aos Grupos Municipais.*-----

----- *A terceira inscrição para o período de intervenções do público é a senhora Sandra Tavares e é uma matéria relacionada com habitação e temos indicação que também tem um processo na Câmara Municipal referente a esta matéria. A senhora Sandra Tavares, também tem a palavra durante três minutos, se tiver documentação da intervenção poderá entregar na mesa, ou nos serviços, que depois será integralmente transcrita para ata e distribuída.*-----

----- **A Muniçipe, Senhora Sandra Tavares** no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- *“Olá boa tarde, meu nome é Sandra Tavares. Tenho vinte e nove anos, e infelizmente, fiquei viúva há quase um ano, tenho dois filhos, uma bebé de um ano e um menino de oito anos. Bem o meu assunto é sobre a habitação, venho mais uma vez, pedir ajuda, pois vivo numa habitação com condições muito precárias, tais como o aparecimento da humidade em várias divisões da casa, os meus filhos têm sempre problemas respiratórios, por causa dos maus cheiros, do mau estado da humidade, pois também chove por dentro de casa e tem sempre vezes inundações, o maior o meu maior medo é causar uma inundação e um curto-circuito. Só quero que nos ajudem numa habitação e a nossa vida não tem sido fácil, pois o meu marido foi vítima de homicídio à porta de casa. É uma imagem que nós recordamos todos os dias ao sair de casa.*-----

----- *Neste momento, nós estamos a sobreviver, pois dentro de dias, devemos receber uma intimação com a ordem de despejo, pois os quatrocentos e setenta euros por mês do subsídio de desemprego não chegam para pagar as despesas todas sozinha, a renda é trezentos euros fora as outras despesas por vezes, não temos comida para comer.*-----

----- *Neste momento também não temos gás, faço de tudo para dar o melhor aos meus filhos, mas não consigo até agora, não tivemos ajudas já entrei várias vezes em*

*contacto com a Vereadora Paula Marques, vários emails, já tentei entrar em contacto com o Presidente da Câmara Municipal de Lisboa, também não consegui obter respostas, já pedi ajudas à Santa Casa, à Junta de Freguesia de Campolide e até agora, não tive ajudas. -----*

*----- Tive uma pontuação de 94,80 na Câmara Municipal de Lisboa sobre a habitação, mas disseram-me que com essa pontuação não conseguíamo-nos ajudar. Sou uma mãe em desespero, sozinha sem ajudas nenhuma, só peço mais uma vez que nos ajudem não quero dormir na rua com os meus filhos. Eu só queria uma habitação em condições para os meus filhos viverem, não quero mais nada. Não quero ser mais do que ninguém.-----*

*----- Nos ajudem por favor. Boa tarde”-----*

*----- **O Senhor Presidente em Exercício, Rui Paulo de Figueiredo** no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----*

*----- “Muito obrigado pela intervenção, eu agradecia que pudesse deixar, a sua intervenção, vamos tomar boa nota, fazer as diligências necessárias, com certeza que a nossa Presidente da Assembleia Municipal tem um especial interesse por estes temas como todos nós, mas que inclusivamente tem o mandato suspenso para estar dedicada às matérias da habitação que irá diligenciar aquilo que se pode fazer e penso também que a Freguesia de Campolide que foi aqui citada tomará boa nota daquilo que se pode fazer para auxiliar esta família que bem precisa. -----*

*----- O Senhor João Tourão, tenho aqui a indicação que nos vai falar do Jardim da Luz e do Largo do Coreto. -----*

*----- **O Município Senhor João Ventura Tourão**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----*

*----- “Então muito boa-tarde. Comprimento todos, em primeiro lugar não venho falar sobre o Jardim da Luz, nem do Largo do Coreto, venho falar de duas outras situações.” -----*

*----- **O Senhor Presidente em Exercício, Rui Paulo Figueiredo**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----*

*-----“ Então as minhas desculpas, mas a indicação que deu aos serviços pelo menos foi o que os serviços aqui colocaram! Mas força.”-----*

*----- **O Município Senhor João Ventura Tourão**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----*

*----- “Em primeiro lugar gostaria que a Assembleia se pronunciasse, e viesse a pronunciar-se sobre se um autarca não pode falar nas reuniões descentralizadas da Câmara Municipal de Lisboa. É que, na última descentralizada da Câmara Municipal de Lisboa, em que me tinha inscrito recebi a informação de que primeiro estavam os munícipes, eu penso que, antes de ser autarca sou munícipe, com certeza e não foi dada a palavra nessa altura, isto dito, como preâmbulo. -----*

*----- Agora os assuntos que me trazem cá são dois, um é a Travessa Henrique de Carvalho, onde foi introduzida a EMEL, em cima de um asfalto que não é asfalto, são buracos, até aí tudo bem, eu dou isso de barato, só que não posso dar de barato e estou indignado que foi colocado para um deficiente, foi colocado exatamente na*

*parte até mais, com maior tipo de cratera, foi colocada um espaço da EMEL, isto não faz sentido ou nós estamos, de facto, do lado dos deficientes e criamos-lhes condições como deve ser ou então não vale a pena dizer que apoiamos os deficientes!-----*

*----- Não sei se foi a EMEL ou quem quer que seja que fez lá o sinalzinho de que aquilo é para um deficiente, mas a verdade é que, para deficiente não tem nada, porque tem um buraco, não sei se o senhor quando sair do carro não cairá e depois não sei quem irá pagar, portanto, este era um assunto. -----*

*----- O Segundo tem a ver de facto, também com a própria Assembleia dos dois Orçamentos Participativos de 2014/2015, que é sobre isso que iria falar na Assembleia Descentralizada em Carnide. -----*

*----- A verdade é que me foi dito nessa altura, foi dito a um colega, que por acaso interveio, enfim, com alguma força, foi preciso alguma força para que ele interviesse, que se está atrasado de 2014, porque um Orçamento que estava previsto de 150 mil euros, avançou para 1 milhão e não sei quantos, um milhão e duzentos mil, não faz sentido, não conseguimos perceber por onde é que isto andou, como é que de repente, um orçamento previsto de 150 mil euros se transforma de repente num milhão e tal de euros e é esta a desculpa que está a ser dada para que os Orçamentos de 2014 e 2015, estamos em 2018, ainda não tivessem avançado, portanto, gostaria de deixar ficar aqui esta palavra para que seja revista e custa-me a aceitar que um Orçamento previsto que passaram provar de diversos setores da Câmara tem todas as informações até 2 mil, até novembro de 2017 e até essa altura não há aqui nenhuma informação que diga que os 150 mil de repente se transformaram em 1 milhão e tal de euros, não faz sentido e gostaria de facto que a Assembleia Municipal sobre isto depois se debruçasse. Muito obrigado por me terem ouvido.” -----*

*----- **O Senhor Presidente em Exercício, Rui Paulo Figueiredo,** no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----*

*----- “ Muito obrigado eu, em nome da Assembleia pela intervenção. Com certeza que se nos quiser deixar essa documentação, ela será distribuída à Comissão Permanente que acompanha a execução do Orçamento Participativo e que poderá acompanhar esse tema. -----*

*-----Vamos entrar na Ordem do Dia, mas antes de disso também para dar conhecimento aos Grupos Municipais e aos Deputados que algumas de declarações de fundos disponíveis foram distribuídas no início da Sessão, quer aos Grupos Municipais, quer enviadas para os correios eletrónicos dos Senhores Deputados Municipais, portanto, estando todas as propostas em condições de ser apreciadas e deliberadas pelo plenário da Assembleia. Como é habitual, houve aqui um esforço conjunto de resolução de pequenos problemas e temos aqui em duas propostas, dois pequenos erros materiais que também iremos corrigir, que foram identificados pelos serviços, solucionados também em termos de articulação com os Gabinetes dos Vereadores e a Câmara, portanto, que iremos corrigir ao longo desta Sessão. -----*

*----- Duas matérias prévias à aprovação das Atas, nós recebemos uma proposta de voto de condenação do Partido Ecologista, “Os Verdes”, referente ao massacre de palestinianos pelas autoridades israelitas, e um voto de saudação do Grupo Municipal*



do Partido Popular Monárquico, referente à memória dos soldados portugueses na Batalha de La Lys. -----

----- Tal como já foi referido na passada semana, nós estamos com uma Sessão Extraordinária que não há PAOD, nos termos do artigo n.º 46, n.º 2, do Regimento, era isso que tinha sido consensualizado para esta Sessão, na Conferência de Representantes no calendário das Sessões e, portanto, de acordo com o estipulado na alínea b) do n.º 2, do artigo n.º 48, conjugado com alínea e) do n.º 1, do artigo n.º 47 ambos do Regimento, os pedidos para incluir os votos na Ordem do Dia, devem ser apresentados, com uma antecedência mínima de oito dias úteis, sob a data da Sessão Extraordinária, e tal como já foi abordado na semana passada e tem sido conversado por vezes na Conferência de Representantes, os votos de pesar têm sido as únicas exceções e, portanto, pese embora a atualidade destes assuntos, estes votos não cumprem os prazos regimentais, para serem admitidos nesta Sessão. -----

----- De todo o modo, seguindo a nossa prática também habitual, eu vou colocar à consideração a admissão destes votos aos Grupos Municipais, havendo unanimidade, eles serão admitidos para esta Ordem de Trabalhos, não havendo, serão admitidos para serem escritos na próxima Sessão. Tenho o sinal do Partido Socialista, microfone ao Senhor Deputado José Leitão.” -----

----- **O Senhor Deputado Municipal José Leitão (PS)** no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Não, eu queria dizer que, em nome do Partido Socialista que nós não damos o consenso para que sejam discutidos hoje, são matérias relevantes e que merecem ser discutidas até com dignidade e com tempo e, portanto, devem ser inscritas na Ordem de Trabalhos e não na Ordem de Trabalhos de hoje.” -----

----- **O Senhor Presidente em Exercício, Rui Paulo Figueiredo,** no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Muito obrigado, pela intervenção e contributo, assim sendo e não havendo essa unanimidade, a Mesa irá admitir estes votos para inscrição na Ordem de Trabalhos de uma próxima Sessão. -----

----- **PERÍODO DA ORDEM DO DIA** -----

----- **PONTO 1 – APROVAÇÃO DA ATA Nº8, DE 16-01-2018;** -----

----- **O Senhor Presidente em Exercício, Rui Paulo Figueiredo,** no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- Entrando, agora sim, resolvidas estas matérias da distribuição e estas questões prévias, vamos tratar do Ponto N.º 1, aprovação da **Ata nº 8, de 16, de janeiro, de 2018**, quem vota contra à aprovação da Ata, quem se abstém? -----

----- Esta Ata foi aprovada por **unanimidade** e naturalmente a Ata refletirá, a presença e a ausência, dos Senhores Deputados e a não votação daqueles que não estiveram presentes.” -----

----- De forma a dar cumprimento ao disposto no DL. n.º 4/2015, de 07 de Janeiro, que aprova o novo Código de Procedimento Administrativo, mais precisamente no n.º 3 do seu artigo 34.º, não participaram na votação da Ata 4, os Senhores Deputados

Municipais que abaixo se referenciam, em virtude de não terem estado presentes na reunião a que a mesma respeita. -----

----- Ata n.º 8 - Sessão Ordinária – Terceira Reunião, realizada em dezasseis de janeiro de dois mil e dezoito, não estiveram presentes os seguintes Senhores Deputados Municipais: Diogo Feijó Leão (PS), José António Barbosa Borges (PS), Bruno Miguel (PS), Margarida Afonso (PS), Henrique João Sá e Melo (PS), Vasco Morgado (PSD), Margarida Penedos (CDS-PP), Gabriel Baptista Fernandes (CDS-PP), Tiago Ivo Cruz (BE), José Faria (MPT) e João Miguel Almeida (IND). -----

----- **PONTO 8 – APROVAÇÃO DO EXCERTO DA REUNIÃO Nº 16 DE 27 DE MARÇO DE 2018, RESPEITANTE À PROPOSTA Nº 88/CM/2018;**-----

----- **O Senhor Presidente em Exercício, Rui Paulo Figueiredo,** no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Se os Senhores Grupos Municipais não se opuserem, nós íamos tratar do Ponto n.º8, da Ordem de Trabalhos, que é o aditamento que tem a ver com a aprovação do excerto da **Ata da Reunião n.º16, de vinte e sete de março, de 2018**, referente à **Proposta n.º 88/CM/2018**. Isto porque foi um pedido expreso da Câmara, do Tribunal de Contas e também há uma certa urgência dos serviços e, por isso, porque têm prazos, se nós resolvermos já, os serviços, podem começar a tratar deste assunto.--

----- “Não registo nenhuma oposição dos Grupos Municipais, vamos então votar a aprovação do excerto da reunião n.º16, de 27 Março 2018, respeitante à Proposta n.º88, de 2018.-----

----- Quem vota contra? Não há votos contra, quem se abstém? Não há abstenções, foi também aprovado por **unanimidade**, e os serviços podem começar a tratar destes assuntos.-----

----- Excerto da Ata n.º 16 - Sessão Extraordinária, realizada em vinte e sete de março de dois mil e dezoito, não estiveram presentes os seguintes Senhores Deputados Municipais: José António Barbosa Borges (PS), Bruno Miguel (PS), Inês Drummond (PS), Patrocínia César (PS), Rute Lima de Jesus (PS), Maria Luísa Aldim (CDS-PP); Ana Margarida Carvalho (PCP), Fernando Correia (PCP) Independente, Mário Freitas (MPT), João Miguel Almeida (IND) e Miguel Graça (IND). -----

----- **PONTO 2 – APRECIACÃO DA PROPOSTA 84/CM/2018 – (SUBCRITA PELO SENHOR VEREADOR RICARDO ROBLES) DELEGACÃO DE COMPETÊNCIAS NAS FREGUESIAS NO ÂMBITO DO FUNDO DE EMERGÊNCIA SOCIAL DO MUNICÍPIO DE LISBOA, NA VERTENTE DE APOIO A AGREGADOS FAMILIARES, BEM COMO A RESPETIVA MINUTA DE CONTRATO, NOS TERMOS DA PROPOSTA E AO ABRIGO DO Nº1 DO ARTIGO 14º DA LEI Nº 56/2012, DE 8 DE NOVEMBRO, CONJUGADO COM O DISPOSTO NO Nº 2 DO ARTIGO 117º, DO Nº 1 DO ARTIGO 120º, E DO ARTIGO 131º, TODOS DO ANEXO I À LEI Nº 75/2013, DE 12 DE SETEMBRO, NA SUA REDACÇÃO ATUAL;**-----

----- Parecer conjunto da 1ª e 6 Comissões Permanentes;-----

----- Recomendação 016/01 (1.ª e 6.ª CP);-----

----- **Recomendação 016/02 (PSD) Nova Versão** – Pela Revisão do Regulamento do Fundo de Emergência Social;-----

----- (A Proposta N.º 84/CM/2018 fica anexada a esta Ata como Anexo II e dela faz parte integrante.)-----

----- (Parecer conjunto da 1ª e 6ª Comissão Permanente fica anexada a esta Ata como Anexo III e dela faz parte integrante.)-----

----- (Recomendação 016/01 da 1ª e 6ª Comissões Permanentes fica anexado a esta Ata como Anexo IV e dela faz parte integrante.)-----

----- (Recomendação 016/02 (PSD) – Nova Versão - fica anexado a esta Ata como Anexo V e dela faz parte integrante.)-----

----- **O Senhor Presidente em Exercício, Rui Paulo Figueiredo,** no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “Vamos passar ao Ponto 2 da Ordem de Trabalho, apreciação da Proposta n.º 84 de 2018, Delegação de competências nas Freguesias, no âmbito do Fundo de Emergência Social do Município de Lisboa na vertente de apoio a agregados familiares, bem como respetiva minuta de contrato nos termos da proposta das disposições, que estão constantes da Ordem de Trabalhos. Temos também um Parecer conjunto da 1ª e 6ª, Comissões Permanentes, uma Recomendação da 1ª e 6ª Comissões Permanentes e uma Recomendação do Partido Social-Democrata que foi admitida na Sessão anterior, que foi corrigida à mão, mas depois como este ponto ficou adiado, nós solicitamos para uma maior leitura e clareza que fosse transcrita e distribuída em nova versão, já em versão *word*, de modo a permitir a leitura de todos. -

----- Vamos dar a palavra à Câmara Municipal para apresentar a proposta, Senhor Vereador, João Paulo Saraiva, penso ou quer prescindir? A Câmara prescinde da apresentação da proposta. Parecer conjunto é a minha colega de Mesa Patrocínio Vale César, que é Deputada Municipal, quer apresentar o parecer? Também prescinde. E, portanto, temos inscrições do PSD, pela ordem pelo menos. Não sei se o PSD quer ter precedência, porque prescindindo a Câmara e prescindindo a Comissão de apresentar a recomendação, temos um documento apresentado pelo Partido Social Democrata. Portanto, assim sendo damos a precedência ao Senhor Deputado Luís Newton.-----

----- **O Senhor Deputado Municipal Luís Newton (PSD)** no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “Senhor Presidente em Exercício, Senhores restantes membros da Mesa, Senhores Vereadores, Senhoras e Senhores Deputados.-----

----- No âmbito da discussão daquilo que é uma das ferramentas fundamentais de apoio social de proximidade, o Fundo de Emergência Social, representa inevitavelmente, e já há muitos anos, há mesmo muitos mandatos, diria eu, uma oportunidade que se reveste de muito útil para com uma população, que está muitas vezes sujeita a flutuações, e com isso inevitavelmente, também ao prejuízo da sua própria qualidade de vida.-----

----- O Fundo de Emergência Social, foi uma resposta que na altura levantada pelo próprio PSD, aqui na Assembleia Municipal, como parte de um processo de negociação, relativamente a um orçamento, para a Câmara Municipal, e tinha como

grande objetivo poder assegurar uma ferramenta fundamental para esse mesmo apoio de proximidade. E aqui o que nos preocupa é que ele foi desenhado ainda em 2011, tendo em conta uma realidade, uma realidade de protocolos de delegação de competências com as Juntas de Freguesia, cuja realidade em 2014, substancialmente se alterou. -----

----- Um mandato inteiro de 2013/2017, foi um mandato de avaliação dessa mesma evolução, e aquilo que nós confirmámos no final desse próprio mandato é que, de facto, existiam vários elementos dessa ferramenta que já estavam desadequados aquela que era a nova realidade das competências próprias das Juntas de Freguesia e também aquilo que era a necessidade de implementação e de reforço dessa mesma utilização. -----

----- Outra coisa que se verificou é que não há vinte e quatro Freguesias iguais e, portanto, cada Freguesia tem as suas especificidades e, portanto, no âmbito da discussão deste documento, aliás, quero recordar que sobre esta matéria, o PSD entregou à Mesa, em 16 de fevereiro de 2018, uma proposta para que isto fosse rapidamente trazido à discussão pela Câmara Municipal e pela Assembleia Municipal, uma vez que era uma ferramenta que estava bloqueada formalmente, desde novembro de 2017, mas que a população não conhece, obviamente as suas dificuldades, não conhecem estas limitações burocrático-administrativas e, por isso tornava-se urgente poder não só reintroduzir para o novo mandato esta ferramenta, mas, sobretudo aproveitar um compasso de espera que já começava a ser grande, para se poder alterar e para se poder melhorar a ferramenta em si. -----

----- Ora que nós viemos a verificar, passado mais de um mês sobre esta primeira iniciativa do PSD, mais de um mês e meio, o que nós podemos verificar é que veio exatamente a esta Mesa, a esta Assembleia, uma ferramenta nos mesmíssimos termos, e com um conjunto de fragilidades no que diz respeito à interrupção que ela própria foi alvo durante o período, a partir de novembro de 2017. E, portanto, o que o PSD hoje apresenta aqui, é um conjunto de propostas que não obtiveram na altura da discussão em sede de Comissão, não obtiveram o acordo e o consenso para serem integrados, ao contrário de outras duas, que entretanto, por esforço da Senhora Presidente da Comissão foi possível na altura introduzir, e o que nós pretendemos aqui é que esta ferramenta seja vista como complementar, àquilo que já há no âmbito do trabalho desenvolvido pela própria Comissão, mas que contempla um conjunto de preocupações significativas que o PSD procurou também consensualizar até porque este documento que apresentamos hoje nesta Sessão, não é o documento inicial que nós apresentámos há quinze dias atrás. -----

----- E, por isso, Senhora Presidente, aquilo que nos parece fundamental neste momento, é recuperar a oportunidade que representa o pagamento de todas as despesas efetuadas ao abrigo do Fundo de Emergência Social, entre o quarto trimestre de 2017 e o primeiro trimestre de 2018, que não estão contemplados no âmbito deste novo protocolo de delegação de competências que foi aprovada em Câmara, que vem agora aqui a Assembleia Municipal. E, em segundo lugar, uma questão que para nós é fundamental que é uma revisão do próprio modelo de funcionamento do Fundo

Emergência Social de Lisboa, para o futuro, nomeadamente nas ferramentas de intervenção imediata e no que diz respeito, sobretudo, a uma maior agilidade que deve ser permitida as Juntas de Freguesia, porque, neste momento, o que está a acontecer na maior parte dos casos é que uma ferramenta tinha como objetivo poder ser utilizada pelas Juntas de Freguesia para dar apoio à intervenção de proximidade, está neste momento a ter um efeito perverso, que é um dos financiamento da atividade social da Câmara Municipal por parte das Juntas de Freguesia e, portanto, que urge corrigir muito rapidamente. -----

----- Muito obrigado.” -----

----- **O Senhor Presidente em Exercício, Rui Paulo Figueiredo**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Muito obrigado, Senhor Deputado pela intervenção, vamos continuar”. -----

----- **A Senhora Segunda-Secretária da Assembleia Municipal, Virgínia Estorninho**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Tem a palavra o Senhor Deputado João Condeixa do CDS. -----

----- **O Senhor Deputado Municipal João Condeixa (CDS-PP)** no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Boa tarde, muito obrigada à Mesa, obrigado e boa tarde a todos os presentes.-----

----- Sobre o objeto que aqui vimos apreciar e que resulta de alguma forma de um conjunto, até de um debate que houve em sede de Comissão, o CDS tem uma posição muito clara e que a manteve ao longo dessa mesma discussão.-----

----- Há aqui uma virtude incontornável do Fundo de Emergência Social é uma ferramenta muito importante com um valor social acrescido serviu os seus propósitos, sobretudo num período de enorme dificuldade que o país atravessou e deve ser mantido para responder a situações que surgem em diferentes áreas de Lisboa. -----

----- Não quer isto dizer, que não deva e deverá obedecer a um processo mais transparente e mais participado, aliás, essa foi uma reivindicação de muitas das Freguesias que veem no Fundo de Emergência Social um instrumento para chegar a quem mais precisa e, por isso, a Câmara, a Vereação deveria ouvir muitas destas reivindicações por parte das Juntas de Freguesia e atender ou procurar atender às suas dificuldades. -----

----- Do ponto de vista do CDS, esta atribuição das verbas deve obedecer, obviamente a critérios rigorosos, porque, como em sede de Comissão referimos, diferentes Juntas de Freguesia têm realidades muito distintas, independentemente do seu tamanho o desenvolvimento social, as particularidades sociais são muito, muito diferentes e, por isso, as verbas devem ser atribuídas com base em critérios sociais, populacionais, demográficos que permitam precisamente ser o mais ajustado possível às necessidades concretas. -----

----- A Câmara deve, do nosso ponto de vista, garantir que a verba inicial, nomeadamente aqueles 10 mil euros, que foram propostos devem ser facultados o mais rapidamente possível, serem bastante céleres na sua execução e na sua atribuição e permitir que reforços como se falou também em sede de Comissão possam ser solicitados, desde que devidamente justificados o mais prontamente possível, e esses

reforços desde que devidamente justificados também deverão ser acolhidos e assim proporcionados. -----

----- Um ponto que nos parece importante, e que tem a ver com alguns viés que vemos no Fundo de Emergência Social, mais do que estar aqui a equacionar, não questionamos que a fórmula não possa ser discutida e estudada, mas mais do que estar a mudar a fórmula, parece-nos que o Fundo de Emergência Social, sim deve servir os fins em concreto a que se destina e, por isso, o Fundo não pode ser, não pode servir para as Juntas de Freguesia atingirem meios, ou antes fins menos concretos, não serve e não deve servir de todo como ferramenta, até eleitoral como por vezes, vim a assistir, não devem também servir para suportar despesas correntes, devem sim, servir exclusivamente para chegar a quem mais precisa, este é um ponto fundamental e que acho que tem que ser devidamente balizado. -----

----- Muito obrigado.” -----

----- **O Senhor Presidente em Exercício, Rui Paulo Figueiredo,** no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Muito obrigado Senhor Deputado, vamos dar continuidade as inscrições.” -----

----- **A Senhora Segunda-Secretária da Assembleia Municipal, Virgínia Estorninho,** no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Tem a palavra o Senhor Deputado José Inácio do MPT.” -----

----- **O Senhor Deputado Municipal José Inácio (MPT)** no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Muito obrigado Senhor Presidente. -----

----- Excelentíssimo Senhor Presidente em Exercício da Assembleia Municipal, Excelentíssimo Senhor Presidente em Exercício da Câmara Municipal de Lisboa, Senhores Vereadores, Caros Colegas, Público presente.-----

----- Debateremos hoje a Proposta 84/CM/2018 que visa aprovar a delegação de competências nas Freguesias, no âmbito do Fundo de Emergência Social na vertente apoio aos agregados familiares.-----

----- Como sabem este fundo constituído em 2012 no pleno auge da crise social e económica que se fazia sentir a data em Portugal, revelou-se apesar do seu carácter temporário excecional um instrumento fundamental de apoio social aos agregados familiares com crianças habitacionais ou económicas graves. -----

----- Constatado o carácter demasiado rígido das regras iniciais de atribuição do Fundo de Emergência Social, o Pelouro dos Direitos Sociais da Câmara Municipal de Lisboa decidiu e bem, alterá-las de forma aumentar a tipologia das despesas elegíveis e assim possibilitar, que mais agregados familiares pudessem se candidatar a beneficiar deste apoio. -----

----- Caros colegas, se em 2012, como dissemos a sua criação foi fundamental, hoje passados seis anos, como os números confirmam que a sua importância, felizmente se mantém. -----

----- A este propósito gostaria de referir que os dados do Levantamento Nacional das Necessidades de Realojamento Habitacional, apresentados no dia 23 de fevereiro revelam que é precisamente na Área Metropolitana de Lisboa, que se concentram 54%

cerca de 25 mil famílias, que precisam de ser realojadas ou que vivem em casas indignas e a necessitar de reabilitação, e que a Senhora Presidente se referiu no mês passado, durante a realização de uma Conferência sobre Habitação, que só em Lisboa há mais de 3 mil famílias com carência imediata de habitação. -----

----- Caros colegas, para quem está em situação de pobreza e vive nos bairros históricos de Lisboa, existe ainda a agravante do arrendamento de uma habitação no mercado privado se ter tornado praticamente impossível, dada a crescente pressão do mercado de arrendamento turístico. A estes dados, acresce o facto do número de famílias sobrecarregadas com os custos de habitação, continuarem a aumentar e da precaridade do emprego criado continuar a impedir a saída da condição de pobreza de muitos lisboetas. -----

----- Todas estas situações e a análise do Relatório de Execução Física e Financeira 2014/2017, anexo à proposta em apreciação levantaram-nos diversas questões tais como: será que a distribuição das 3 mil famílias com carência imediata de habitação quantificada pela Senhora Presidente, pelas diferentes Freguesias, foi tida em conta no fundo permanente de 10 mil euros? Fará sentido, segundo essa distribuição a verba ser igual para todas as Juntas de Freguesia, e já agora quais foram as taxas de execução 2016 e 2017 e que supostamente terão servido de base de apuramento para os valores 2018, gostaríamos de saber. -----

----- Todos sabemos que estas verbas superaram as de 2015, no entanto e, segundo a imprensa, mais de 600 mil euros do Fundo, ficaram por atribuir, e aqui perguntamos uma vez mais porquê?-----

----- E por último qual o motivo para em 2018 o valor proposto ser quase metade do que foi atribuído para os últimos dois anos, além de todas estas questões que gostaríamos de ver respondidas, queremos também salientar, na sequência da Reforma Administrativa de Lisboa, foram celebrados em 2014, os respetivos protocolos de delegação de competências com as atuais Juntas de Freguesia, para execução do Fundo de Emergência Social, a vigorar até final do mandato e que para a sua execução foi constituído o fundo permanente inicial, em cada Junta de Freguesia no montante de 10 mil euros. Acontece com final do mandato há cerca de ano e meio atrás, os contactos de delegação de competências caducaram pelo que, penso hoje, desde já renová-los.-----

----- Caros colegas pese, embora que a presente proposta, apresente melhorias, nomeadamente no que diz respeito às regras de atribuição do Fundo Emergência Social de Lisboa, como já referimos, o Partido da Terra, considera que o documento em discussão se torna insuficiente face às necessidades das famílias lisboetas facto, este refletido pelo histórico de atribuições deste apoio. -----

----- Nestes termos o Partido da Terra defende, que a Câmara Municipal de Lisboa deve assumir perante esta Assembleia, um compromisso sério e transparente e proceda de forma célere à transferência de verba, prevista nos números dois e três da cláusula 7ª do Contrato de Delegação de Competências entre o Município e as Juntas de Freguesia, de forma a não prejudicar ainda mais os agregados familiares e as Juntas de Freguesia.-----

----- Em virtude do exposto e não obstante o Partido da Terra considerar que a verba do fundo permanente inicial, não se adequar às realidades específicas de cada Junta de Freguesia, devido às especificidades territoriais, sociais e económicas de cada uma delas, e que o valor de 5 mil euros de cada reforço deva ser refletido num futuro próximo, os Deputados do MPT, irão acompanhar favoravelmente a proposta em discussão, alertando no entanto, para as seguintes situações que atualmente muito preocupam os lisboetas.-----

----- Refiro-me em particular às ações de despejo que têm vindo a fustigar a população idosa dos bairros históricos da nossa Lisboa, em prol de um alojamento temporário de curta duração para fins turísticos, neste sentido refira-se que o Fundo de Emergência Social contempla e passo a citar: “a perda de habitação por ação de despejo executada por decisão judicial ou execução de hipoteca decorrente de decisão judicial”, isto é caros colegas, verdadeira ação de despejo por via judicial.-----

----- Entende assim o Partido da Terra que o Fundo de Emergência Social, em caso de ações de despejo deveria ser mais abrangente, de forma a contemplar situações que não envolvam despejos de idosos.-----

----- Apelamos assim, mais uma vez, ao Município de Lisboa, para que equacione a defesa da população sénior. O Partido da Terra que se baseia em princípios humanistas, gostaria que este Executivo Camarário fosse mais sénior *friendly* e passasse a defender mais a sua população idosa e menos a especulação imobiliária, e os interesses economicistas, alertamos ainda para a necessidade da fórmula matemática, que consta ainda no número cinco das condições de acesso, termino já Senhor Presidente, das condições de acesso das regras de atribuição do Fundo de Emergência Social, agregados familiares, ter que ser repensada para que haja mais igualdade e justiça social.-----

----- Muito obrigado.”-----

----- **O Senhor Presidente em Exercício, Rui Paulo Figueiredo,** no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “Muito obrigado Senhor Deputado, temos mais inscrições.”-----

----- **A Senhora Segunda-Secretária da Assembleia Municipal, Virgínia Estorninho,** no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “Senhor Deputado, Rui Costa do Bloco de Esquerda.”-----

----- **O Senhor Deputado Municipal Rui Costa (BE)** no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “Muito obrigado Senhor Presidente em Exercício, Senhoras e Senhores Vereadores, Senhoras e Senhores Deputados Municipais.-----

----- Eu julgo que o primeiro princípio de que devíamos partir quando se fala no Fundo de Emergência Social (FES), é que o mesmo é um fundo de carácter municipal financiado pelo Município e gerido pelas Juntas de Freguesia por delegação de competências da Câmara Municipal, aprovada nesta Assembleia, como está a ser feito hoje. Isto significa o quê? Significa que não há por parte das Juntas de Freguesia perante as quais tenho todo o respeito e entendo que podem e devem prosseguir na gestão destes fundos, não há um direito a gerirem este montante isoladamente do



contexto da cidade. Até porque esta medida, o FES, não conta com uma possibilidade por absurdo, pode acontecer, é que uma Junta de Freguesia recuse o contrato de delegação de competências, no âmbito FES. -----

----- Ora, havendo esta recusa o que é que isto significaria, que passaríamos a ter lisboetas de primeira e lisboetas de segunda, no acesso ao FES, enquanto instrumento municipal, por uma decisão da Junta de Freguesia. Portanto como em matéria de apoios sociais se deve ter todo o cuidado é importante que o Regulamento do FES seja revisto, não apenas para garantir equidade entre todas e todos os lisboetas no acesso aos apoios sociais, como também e, sobretudo, para permitir que a distribuição de verbas pelas Juntas de Freguesia, satisfaça o seu verdadeiro objetivo, isto é a concessão de apoio, a possibilidade de concessão de apoio a quem sente essa necessidade.-----

----- E nesse sentido estas esta regras já velhas de 2016 que hoje voltam aqui a surgir, têm de ser alteradas e é preciso que a Câmara Municipal dê ao FES uma componente de dinamismo que permita, para além naturalmente, de um fundo inicial de maneiio, mas que permita o reforço e a sua redistribuição em função das necessidades sociais de cada Freguesia. Porque nada interessa dar 10 mil ou 20 mil, como o PSD agora sugere, de valor de base por Freguesia, porque pode haver Freguesias que não o executam ou pode até haver Freguesias e tomarmos nós que fosse essa realidade, onde pura e simplesmente não haveria necessidade de recurso ao FES. -----

----- Eu recordo Senhoras e Senhores Deputados, o FES é um instrumento municipal, não é um instrumento das Juntas de Freguesia é um instrumento municipal gerido e muito bem ao nível da escala em nome do princípio da subsidiariedade, pelas Juntas de Freguesia.-----

----- E queria aqui hoje também, dar uma palavra de estímulo e de consideração para com as Freguesias e como foi o caso referido em sede de Comissão, da Junta de Freguesia de São Vicente, está aqui a Senhora Presidente de Junta, Natalina Moura presente, que têm também o seu próprio FES a par do FES municipal. Agora Senhor Vereador, estas regras necessariamente têm de ser revistas para que o FES possa ser um direito de todos os munícipes, independentemente da freguesia onde residem e deverá acolher também algumas das sugestões que foram feitas, quer pelo CDS, quer pelo Partido da Terra a este nível e lembrar em relação a uma das recomendações do PSD que, pelo menos o último trimestre de 2017, a retroação deste protocolo se encontra já plasmada na cláusula 7ª, n.º2 do acordo de execução que acompanha a proposta, disse.”-----

----- **O Senhor Presidente em Exercício, Rui Paulo Figueiredo,** no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Muito obrigado Senhor Deputado, vamos dar a palavra ao orador seguinte.” -----

----- **A Senhora Segunda-Secretária da Assembleia Municipal, Virgínia Estorninho,** no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Senhor Deputado do PAN, Miguel Santos.”-----

----- **O Senhor Deputado Municipal Miguel Santos (PAN)** no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

-----“Muito obrigado, Senhor Presidente, Senhores Vereadores, Colegas Deputados Municipais, imprensa, público em geral. -----

----- Esta proposta que nos é trazida relativamente ao Fundo de Emergência Social, tem tido algumas dificuldades de aplicação, várias Freguesias tiveram sobretudo no mandato passado, alguma dificuldade na aplicação em concreto e na atribuição das verbas às famílias que necessitavam, mas é, sem dúvida, um instrumento municipal extremamente útil e que é sempre bem-vindo, e é indispensável hoje em dia para a gestão das Freguesias.-----

----- Compreendemos aquilo que o PSD argumenta porque as necessidades das famílias não tem o mesmo curso que os mandatos e às vezes existem hiatos em que as Freguesias são obrigadas a providenciar verbas que já não estão em vigor quando o fundo não está em vigor e, por isso, para nós é importante que o fundo seja aprovado nesta Sessão.-----

----- Iremos também aprovar a proposta do PSD relativamente ao FES, mas achamos que a própria formulação e os critérios a para atribuição às Freguesias destas verbas anuais devem ser revistos proximamente e, portanto, deixamos aqui o nosso incentivo, o nosso aplauso pela proposta, e o nosso instar a Câmara a que possa ser discutida esta proposta e os critérios de atribuição, de uma forma mais aprofundada. -----

----- “Muito obrigado.”-----

----- **O Senhor Presidente em Exercício, Rui Paulo Figueiredo**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Muito obrigado Senhor Deputado, e é mesmo a Câmara que é instada que nós temos a seguir na lista de inscrições.” -----

----- **O Senhor Vereador Ricardo Robles**, no uso da palavra, fez a seguinte intervenção:-----

-----“Muito obrigado Senhor Presidente. Boa tarde a todos e todas. -----

----- De facto, sublinhar esta questão que não é pormenor, este é um instrumento importante, surgiu em 2012 e surgiu, e já foi referido nas várias intervenções, porque houve uma catástrofe social neste país, parece que foi há muito tempo, mas não foi, e essa catástrofe social teve responsáveis. Tivemos quase 17% de desemprego, agora temos menos de metade, tivemos problemas na habitação como foi referido, porque tivemos uma lei de despejo que despejou cinco famílias por dia e, portanto, houve, de facto, um rolo compressor que arrasou este país de ponta a ponta e arrasou também a cidade de Lisboa.-----

----- E é por isso que surge este instrumento em 2012. Ele existe é um instrumento do Município e o mecanismo que foi encontrado, e bem, foi que se fosse feito através de uma delegação de competências com as Freguesias, porquê? Porque são as Freguesias que conhecem melhor a realidade e, portanto, são elas que estão mais próximo, são elas que conhecem as pessoas, os vizinhos, os moradores, as pessoas que atravessam dificuldades e que, às vezes têm essas dificuldades escondidas e, por isso, é feito um contrato de delegação de competências.-----

----- Não há um decréscimo de valor, o valor orçamentado no ano passado, é o mesmo que este ano, o que existe é uma retificação em função da evolução desses valores,

naturalmente que há um problema, e esse problema toma forma visível nesta tabela que faz parte do relatório que todos conhecem, que são a distribuição dos apoios por Freguesia. Portanto, temos Freguesias que utilizam este instrumento sessenta e cinco vezes mais do que outras, por exemplo, a Ajuda, o exemplo entre Ajuda e Belém, Belém não, Ajuda e Areeiro. Areeiro faz mil euros de execução a Ajuda sessenta e cinco mil.-----

----- E portanto é preciso olhar para isto e perceber onde é que está um problema, porque tem que haver um problema, não há sessenta e cinco vezes mais problemas sociais para resposta de emergência na Ajuda do que no Areeiro e, portanto, temos que perceber qual é a questão que aqui se relaciona, não me parece que seja política porque há Freguesias, de cores políticas diferentes, como por exemplo, Belém que executa trinta vezes mais do que o Areeiro e a Ajuda que tem uma execução de sessenta e cinco mil, e que por exemplo, com Santa Clara que executa dois mil, portanto, não me parece que seja um problema de questão de avaliação política ou de preferência política, mas tem de haver um problema qualquer, porque as diferenças sociais de emergência social, na cidade não podem estar representadas com esta execução. Aliás, temos Freguesias que não têm execução, por exemplo Carnide no último ano não teve execução, o Lumiar também não surge no relatório e, portanto, porque existe este problema, eu já tinha reunido com os serviços no sentido de haver uma reavaliação do Regulamento, porque há dificuldades, com certeza para que esta execução não seja, feita com maior uniformidade. -----

----- Aliás, nas reuniões que tive com todas as Freguesias de Lisboa, um dos pontos que abordei naturalmente, foi o Fundo de Emergência Social e a abertura que dei a contributos das Freguesias para que pudéssemos melhorar, quais eram as dificuldades que estavam encontrar e como é que podíamos melhorar o sistema de apoios neste Regulamento.-----

----- Por isso entendo que este instrumento é válido, deve continuar, deve ser avaliado e melhorado, conto com certeza, com os contributos desta Assembleia, dos Presidentes de Junta, que têm o instrumento nas suas mãos para poderem fazer esta política de intervenção social e, portanto, estou aberto a receber esses contributos e que nas próximas semanas possamos chegar a uma versão melhorada deste Regulamento.”-----

----- **O Senhor Presidente em Exercício, Rui Paulo Figueiredo,** no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Muito obrigado Senhor Vereador, entretanto temos mais uma nova inscrição do Partido Social Democrata que tem tempo.”-----

----- **A Senhora Segunda-Secretária da Assembleia Municipal, Virgínia Estorninho,** no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Senhor Deputado Luís Newton.”-----

----- **O Senhor Deputado Municipal Luís Newton (PSD)** no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

-----“É o Senhor Vereador do Desenvolvimento Social, mas não é o Senhor Vereador da paz social, Senhor Vereador, deixe-me que lhe diga isto de forma muito clara e muito objetiva, Senhor Vereador. -----

----- De facto, vivemos uma situação de emergência nacional entre 2011 e 2015 é verdade, aliás, eu diria que se a sua análise é com base no FES, eu tenho-lhe a dizer que a situação de emergência social piorou significativamente a partir de 2015. -----

----- Os mesmos números que estão no relatório que Vossa Excelência está a ler, aquilo que eu não consigo compreender, Senhor Vereador é que tenha também optado por escamotear que foi nesta Assembleia, foi por necessidade de negociação de um novo modelo de apoio social à cidade, mas foi pelo PSD, Senhor Vereador, foi pelo PSD que aparece o Fundo de Emergência Social, Senhor Vereador. -----

----- Então o Senhor Vereador vem para aqui fazer um discurso, é que é extremamente interessante que o Senhor Vereador, Vossa Excelência faz uma coisa extraordinária, o Senhor não apresenta o documento, aliás, eu tenho-lhe a dizer isto de forma muito concreta, é de facto um protocolo de delegação de competências, Senhor Vereador, sabe qual é a particularidade dos protocolos de delegação de competências com as Juntas de Freguesia? São conversados com as Juntas de Freguesia antes, Senhor Vereador, não é, e depois há outra questão extraordinária, o Senhor Vereador aqui nem sequer apresentou, e a seguir vem responder a um conjunto de sugestões atacando novamente, Senhor Vereador, eu compreendo o seu conceito, eu acho que nós vamos ter esta discussão a seguir novamente noutro ponto, nesta dinâmica da paz social, mas deixe-me que lhe diga outra coisa também, Senhor Vereador... -----

----- Estou já a terminar Senhor Presidente. Que fique de forma clara que há aqui questões que são perfeitamente incontornáveis e o Senhor Vereador que veio fazer agora uma análise do relatório, eu pergunto-lhe o Senhor Vereador fez, de facto, uma análise do relatório? É porque há coisas no seu relatório que impossibilitam certas Juntas de Freguesia de terem dinheiro agora neste protocolo, Senhor Vereador, e portanto o Senhor Vereador aí terá que já que quer acabar com a paz social, então vamos pôr as cartas todas em cima da mesa, o senhor não sabe...” -----

----- **O Senhor Presidente em Exercício, Rui Paulo Figueiredo,** no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Muito obrigado Senhor Deputado, já percebemos a ideia.” -----

----- **O Senhor Deputado Municipal Luís Newton (PSD)** no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

-----“Estou a terminar Senhor Presidente .... o Senhor não sabe que relatório...” -----

----- **O Senhor Presidente em Exercício, Rui Paulo Figueiredo,** no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

-----“Já esgotou o tempo, mesmo com tolerância da Mesa.” -----

----- **O Senhor Deputado Municipal Luís Newton (PSD)** no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Os seus serviços esqueceram-se de lhe explicar quais são as irregularidades no relatório que tem, o Senhor está a pôr novamente verbas...” -----

----- **O Senhor Presidente em Exercício, Rui Paulo Figueiredo,** no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----  
 ----- “Senhor Deputado não me obrigue a cortar o som.”-----  
 ----- **O Senhor Deputado Municipal Luís Newton (PSD)** no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----  
 ----- “Vou só terminar ....” -----  
 ----- **O Senhor Presidente em Exercício, Rui Paulo Figueiredo,** no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----  
 ----- “Já tem que terminar.”-----  
 ----- **O Senhor Deputado Municipal Luís Newton (PSD)** no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----  
 ----- “Agora é dirigido a si Senhor Presidente.”-----  
 ----- **O Senhor Presidente em Exercício, Rui Paulo Figueiredo,** no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----  
 ----- “É que agora pode olhar ali à direita, temos um novo instrumento fica bem claro quando o tempo se esgota.” -----  
 ----- **O Senhor Deputado Municipal Luís Newton (PSD)** no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----  
 ----- “Eu já vi Senhor Presidente, é sobre a questão da proposta que o PSD apresentou, tendo em conta os esclarecimentos do Senhor Vereador não nos apercebemos disso, portanto nós retiramos o ponto um da nossa recomendação para a votação.-----  
 ----- Muito obrigado.”-----  
 ----- **O Senhor Presidente em Exercício, Rui Paulo Figueiredo,** no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----  
 ----- “Muito obrigado Senhor Deputado, entretanto, temos uma nova inscrição também tem tempo do CDS, Partido Popular.” -----  
 ----- **A Senhora Segunda-Secretária da Assembleia Municipal, Virgínia Estorninho,** no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----  
 ----- “Senhor Deputado Diogo Moura.”-----  
 ----- **O Senhor Deputado Municipal Diogo Moura (CDS-PP)** no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----  
 ----- “Obrigado Senhor Presidente em Exercício, Caros Deputados, nós gostaríamos e por isso é que a nossa intervenção do meu colega Deputado João Condeixa foi no sentido de dar um contributo que achamos que isto era um debate sério para o Senhor Vereador pelos vistos, não é, porque vai sempre buscar a cassete que, afinal, roubou ao PCP, não se atualizam para o CD, continuam a usar a cassete que o PCP usa, bater sempre no mesmo. -----  
 ----- Mas dizer-lhe, que o Bloco de Esquerda usa sempre a questão da lei dos despejos, eu convidava-o, porque antes de haver um Fundo de Emergência Social na vertente agregados familiares, havia uma coisa que se chama Fundo Social de Freguesia, ainda quando tínhamos cinquenta e três Freguesias. -----  
 ----- O Fundo Social de Freguesia, portanto a gene do Fundo Social para famílias foi apresentado pelo CDS nas Juntas de Freguesia e que correspondia à data em 660 mil

euros mais ou menos, nem todas as Freguesias, assim o aceitaram e convém se calhar lembrar, já que fala tanto da lei dos despejos, ir de freguesia, a freguesia e ver as taxas de execução desse fundo social de freguesia, se calhar, vai ficar muito admirado onde é que elas eram mais executados e onde não eram, e se calhar a questão da lei dos despejos não tem nada a ver. -----

----- Esta questão de haver uma necessidade de carácter excecional e temporário é muito antes daquela crise que, aliás, convém voltar a lembrar que não foi criada pelo Governo PSD- CDS, foi criado por um Governo que agora o Senhor, um não governo por um partido que o Senhor agora também apoia.”-----

----- **O Senhor Presidente em Exercício, Rui Paulo Figueiredo,** no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Obrigado Senhor Deputado, temos agora uma nova inscrição do Bloco de Esquerda”. -----

----- **A Senhora Segunda-Secretária da Assembleia Municipal, Virgínia Estorninho,** no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Senhor Deputado, Rui Costa.”-----

----- **O Senhor Deputado Municipal Rui Costa (BE)** no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Deputado Municipal, Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Estrela, Deputado Municipal. -----

----- Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados para dizer o seguinte, eu de facto esperava ter visto tudo nesta Assembleia, mas vejo aqui o PSD e o CDS a disputarem a paternidade do FES. -----

----- Bom, seja de quem for a paternidade ou maternidade, seja de quem for a paternidade ou maternidade do FES uma coisa é certa, pelo menos do discurso do PSD percebeu-se que o PSD criou o FES em Lisboa, na responsabilidade de uma maioria então do PS para colmatar o que ia fazendo entretanto no Governo, o que ia fazendo entretanto no Governo e de fato foi muito útil, mas não foi pago com o dinheiro gerido por Vossas Excelências, dito.”-----

----- **O Senhor Presidente em Exercício, Rui Paulo Figueiredo,** no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Muito obrigado Senhor Deputado, temos agora uma inscrição do Partido Socialista.”-----

----- **A Senhora Segunda-Secretária da Assembleia Municipal, Virgínia Estorninho,** no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Senhor Deputado André Couto, do PS.”-----

----- **O Senhor Deputado Municipal André Couto (PS)** no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Senhores Deputados, antes de mais o Grupo do Partido Socialista quer lamentar que numa proposta tão importante em que tivemos muitas horas na Comissão e estamos também agora aqui a arrastar o debate em questões relativas há aquilo que que existe de mais frágil na condição humana e que nós temos testemunhado em especial as Juntas de Freguesia, eu gostava deixar aqui uma saudação aos meus

colegas Presidentes de Junta de Freguesia que foram os principais impulsionadores, e que aplicaram no terreno esta questão e que nós estejamos aqui agora a perder-nos a perder o foco naquilo que é essencial que é o mérito deste programa, para estarmos a falar de questões políticas. Mas queremos falar de questões políticas, o Partido Socialista também não pode deixar das a abordar, eu acho que isto são factos. -----

----- Tivemos todos a semana passada a boa notícia, se calhar melhores para uns melhor para uns, do que para outros que a taxa de desemprego em Portugal tinha baixado, a semana passada, a níveis desde 2004. Em 2004 foi o ano do Euro 2004 não sei se lembram da final com a Grécia, se calhar, entretanto, já passaram vários euros, entretanto já fomos campeões europeus também. Mas foi desde 2004 que a taxa de desemprego teve este valor. Em 2004, a realidade era a que era depois nós tivemos uma crise internacional, ela é verdadeira e depois, nós tivemos também a governação, a governação que os senhores também nunca a negam aqui, mas que nos trouxe a lei das rendas. E quem é Presidente de Junta de Freguesia, e não foi por isso que eu deixei de falar nos meus colegas de Presidente de Junta de Freguesia, por quem Presidente de Junta de Freguesia, e faz uma análise honesta desta coisa, sabe que efetivamente a lei das rendas trouxe uma diferença enorme na cidade de Lisboa e, portanto, vinha uma crise, mas uma crise que, independentemente de ser profunda, não privou as pessoas da sua habitação e depois veio uma lei, que essa sim teve grandes mudanças e que foi responsável por grande parte uma boa percentagem daquela que é a aplicação do Fundo de Emergência Social. -----

----- Para além disso, Senhores Deputados, nós podemos continuar a falar de outra coisa, todos aqueles que vi intervir aqui antes de mim, à exceção do Vereador Ricardo Robles, sufragaram e partilharam uma receita que era o ir além da *Troika*. Mais tarde disseram, que vem aí o diabo, a questão é que o ir além da *Troika* e o resto se quiserem podemos discutir, o ir além da *Troika*, nunca foi uma estratégia que o Partido Socialista tivesse sufragado a questão do diabo muito menos e, portanto, eu acho que para concluir a minha intervenção, dizer-vos que a realidade é que existia outro caminho e, de facto, existia esse caminho é aquilo que o dia a dia do ano 2018, que é onde nós estamos agora, com a nossa taxa de desemprego, com uma revisão que nós esperamos que aconteça da lei das rendas, fez com que a vida das pessoas melhorasse e certamente que os índices de utilização do Fundo de Emergência Social nos próximos anos, e realidade não me irá desmentir, fará ver com que a percentagem de famílias a ser apoiada em cada uma das nossas Freguesias, não será a mesma que foi nesse nefasto período, que é apenas exclusividade vossa. -----

----- Muito obrigado.” -----

----- **O Senhor Presidente em Exercício, Rui Paulo Figueiredo,** no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Obrigado Senhor Deputado.” -----

----- **A Senhora Segunda-Secretária da Assembleia Municipal, Virgínia Estorninho,** no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Senhor Deputado Miguel Graça, Independentes.” -----

----- **O Senhor Deputado Municipal Miguel Graça (IND)** no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

-----“Senhor Presidente em Exercício, Senhores Vereadores da Câmara, Caros Colegas Deputados.-----

----- Vimos aqui dizer da parte dos Deputados Municipais Independentes Cidadãos Por Lisboa, que estamos a favor desta proposta apresentada pela Câmara e também das recomendações apresentadas pela Comissão, e também pelo PSD que propõe obviamente uma revisão que é sempre necessária e é sempre urgente nestas matérias, e saudamos o facto de terem tirado a primeira alínea que de facto, que não é necessário e que tínhamos feito esse pedido. -----

----- Mas também para reclamar a maternidade da criança, porque, de facto, muito aqui foi dito e é verdade que nasceu desta Assembleia a discussão, que levou à criação do Fundo de Emergência Social, é verdade, mas a mãe da criança tem um nome na altura era a Vereadora Helena Roseta e em Novembro de 2011 apresentou numa reunião de Câmara Municipal de Lisboa a criação do Fundo de Emergência Social e portanto também gostaria de relembrar, este facto, já que estamos tão esquecidos sobre a maternidade.-----

----- “Muito obrigado.”-----

----- **O Senhor Presidente em Exercício, Rui Paulo Figueiredo,** no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

-----“Muito obrigado Senhor Deputado.” -----

----- **A Senhora Segunda-Secretária da Assembleia Municipal, Virgínia Estorninho,** no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Senhor Deputado Luís Newton com tempo cedido pelo PPM, primeiro Senhor Deputado António Prôa.” -----

----- **O Senhor Presidente em Exercício, Rui Paulo Figueiredo,** no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Na parte que for o Senhor Deputado Luís Newton, nós vamos descontar o tempo utilizado a mais há bocadinho, que o PPM já podia ter cedido na altura quando o PSD estava sem tempo e a Mesa teve alguma tolerância com o Senhor Deputado Luís Newton.” -----

----- **O Senhor Deputado Municipal António Prôa (PSD)** no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Senhor Presidente, muito obrigado e muito brevemente, naturalmente que o rigor da história é importante, mas também é importante, não insistimos no erro, nos erros e na tentativa de branquear a história, e o que eu assistia aqui hoje foi, por um lado erros que eu admito que resultem apenas de alguma desatenção, mas depois de uma tentativa deliberada de branquear a história, isso não posso deixar passar em claro. -----

----- Em primeiro lugar, o Fundo de Emergência Social resultou de uma imposição do Partido Social Democrata nesta Assembleia Municipal, para com o Senhor então Presidente da Câmara, o Doutor António Costa que então não dispunha de maioria



nesta Assembleia Municipal e que necessitou da viabilização por parte do Partido Social Democrata do orçamento da Câmara Municipal de Lisboa. -----

----- E entre diminuir o IMI para o mínimo, entre devolver aos munícipes uma parte do IRS, também incluímos a criação de um Fundo de Emergência Social, foi nossa iniciativa, isso importa que fique claro, felizmente, foi aceite, a Câmara implementou a Senhora Vereadora, Helena Roseta desenvolveu e está tudo muito certo. Mas esse Fundo de Emergência Social e termino, com a tentativa de evitar o branqueamento da história, esse Fundo de Emergência Social que, aliás, apareceu e foi inspirado por uma iniciativa do PSD no Município de Cascais, resultou da situação em que o país se encontrava e o Senhor Vereador Ricardo Robles e Senhor Deputado Municipal do Bloco de Esquerda, a crise que vivíamos em 2011, era como foi aqui dito pelo Senhor Deputado André Couto, uma crise internacional mas à qual o nosso país não ficou imune, antes até pelo contrário, foi uma crise bem grave da responsabilidade do Governo do Partido Socialista liderado pelo Senhor engenheiro José Sócrates. Essa é a razão da crise em Portugal, que o PSD e Governo em conjunto com o CDS tiveram que livrar esse país, e foi nesse contexto que aqui em Lisboa, face à situação difícil que os lisboetas viviam fruto da crise promovida e provocada pelo Partido Socialista, que nós sugerimos a criação do Fundo de Emergência Social. Essa é a história e não vale a pena branqueá-la. -----

----- “Muito obrigado.”-----

----- **O Senhor Presidente em Exercício, Rui Paulo Figueiredo,** no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Muito obrigado Senhor Deputado, tem agora a palavra o Senhor Deputado Luís Newton, prescinde. E penso que agora não temos mais inscrições. Temos a Câmara, o Vereador João Paulo Saraiva, está a fazer sinal, Vereador Ricardo Robles.”-----

----- **O Senhor Vereador Ricardo Robles,** no uso da palavra, fez a seguinte intervenção:-----

----- “Muito rapidamente Senhor Presidente, era só para dizer que estamos disponíveis para rever o Regulamento, ele já está em revisão, eu reuni com todos os Presidentes de Junta, eles são uma peça fundamental na introdução de melhorias deste Regulamento a todos pedi contributos e, portanto, inclusive ao Senhor Presidente da Junta da Estrela, nessa reunião, e portanto, o processo está em aberto, e estou recetivo a receber todos os contributos para melhorar.”-----

----- **O Senhor Presidente em Exercício, Rui Paulo Figueiredo,** no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Muito obrigado Senhor Vereador, penso que agora sim encerramos as inscrições deste ponto da Ordem de Trabalhos, vamos proceder à apreciação da Proposta n.º 84/CM/2018.”-----

----- Quer se inscrever Senhor Deputado Luís Newton ou fazer alguma interpelação à Mesa? Microfone ao Senhor Deputado Luís Newton.”-----

----- **O Senhor Deputado Municipal Luís Newton (PSD)** no uso da palavra fez a seguinte interpelação: -----

----- “Senhor Presidente é porque eu ouvi agora o Senhor Vereador e eu gostava de compreender até que ponto é que esta situação o Senhor Vereador acabou de dizer que reuniu com todas as Juntas de Freguesia relativamente à questão do Fundo de Emergência Social. Senhor Vereador não é verdade! Não é verdade! Não é verdade! Você comigo não reuniu sobre o Fundo de Emergência Social, Senhor Vereador, não, não, não, desculpe, não é verdade, Senhor Vereador, nós reunimos sobre a educação, Senhor Vereador e não foi só isto que aconteceu pelo menos, os quatro Presidentes de Junta que eu conheço, pode ter acontecido ter havido reuniões só com um partido político, e isso admito talvez, pronto.”-----

----- **O Senhor Presidente em Exercício, Rui Paulo Figueiredo**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Muito obrigado Senhor Deputado, Senhor Vereador para além dos apartes quer usar da palavra? Para ficar registado, não muito bem.”-----

----- **O Senhor Vereador Ricardo Robles**, no uso da palavra, fez a seguinte intervenção:-----

----- “Reuni com todos os Presidentes de Junta...”-----

----- **O Senhor Presidente em Exercício, Rui Paulo Figueiredo**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Afim quer? -----

----- **O Senhor Vereador Ricardo Robles**, no uso da palavra, fez a seguinte intervenção:-----

----- “... E abordei todas as minhas responsabilidades, incluindo a do Fundo de Emergência Social e referi explicitamente que queria rever o Regulamento e que solicitava que me enviassem por escrito, de preferência, as sugestões de alteração.”-----

----- **O Senhor Presidente em Exercício, Rui Paulo Figueiredo**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Senhor Deputado Rui Costa quer a palavra? Não? Muito obrigado. Agora que já está esclarecido que pelo menos reuniram, embora haja diferenças de opinião sobre a matéria podemos passar à votação. Senhor Deputado Luís Newton, Senhor Vereador Ricardo Robles, fica a solicitação para fazerem chegar e para esclarecer esses assuntos.-----

----- Senhor Vereador, Senhor Deputado vamos prosseguir, não abusem nem da tolerância nem da paciência da Mesa, Senhor Deputado Luís Newton, Senhor Vereador Ricardo Robles, vamos retomar a serenidade dos Trabalhos e vamos passar à votação.-----

----- Vamos votar a Proposta n.º84/CM/2018, quem vota contra a proposta? Não registámos votos contra. Quem se abstém? A proposta foi aprovada por unanimidade.

----- A **Proposta n.º84/CM/2018 - (Subscrita pelo Senhor Vereador Ricardo Robles)** foi aprovada por **unanimidade**, não há votos contra, não há abstenções, votos a favor do PS, PSD, CDS-PP, PCP, BE, MPT, PAN, PEV, PPM, 8IND.-----

----- **Senhor Presidente em Exercício, Rui Paulo Figueiredo**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “Vamos proceder à votação da Recomendação n.º 16/1, oriunda das 1ª e 6ª Comissões Permanentes da Assembleia Municipal. Quem vota contra? Não registámos votos contra. Quem se abstém. Recomendação 16/1 também foi aprovada por unanimidade.-----

----- A **Recomendação n.º 016/01 – (Subscrita pelas 1ª e 6ª Comissões Permanentes)** foi aprovada por **unanimidade** não há votos contra, não há abstenções, votos a favor do PS, PSD, CDS-PP, PCP, BE, MPT, PAN, PEV, PPM, 8IND. -----

----- **Senhor Presidente em Exercício, Rui Paulo Figueiredo,** no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “Vamos votar agora a Recomendação n.º 16/2 Proposta pelo Partido Social-Democrata com a nova redação que foi distribuída e com a retirada do Ponto N.º 1, feita pelo PSD, anunciada pelo Senhor Deputado Luís Newton e, portanto, vamos só votar o Ponto N.º 2. Quem vota contra a Recomendação n.º 16/2? Também não registámos votos contra. Quem se abstém? Também não registamos e, portanto, a recomendação foi aprovada por unanimidade. E, portanto, podemos tirar a conclusão que a matéria é muito mais consensual do que parece, não só pela paternidade reclamada por toda a gente sobre a matéria, como pelas votações.”-----

----- A **Recomendação n.º 016/02 – (Subscrita pelo Grupo Municipal do PSD) – (Nova Versão) - Ponto 2** foi aprovada por **unanimidade** não há votos contra, não há abstenções, votos a favor do PS, PSD, CDS-PP, PCP, BE, MPT, PAN, PEV, PPM, 8IND. -----

----- **PONTO 3 – VOTO DE PROTESTO 018/01 (BE) – “CONTRA A PERSEGUIÇÃO JUDICIAL POR RAZÕES POLITICAS DE MEMBROS DA GENERALITAT DA CATALUNHA”, NOS TERMOS DA PROPOSTA E AO ABRIGO DA ALÍNEA B), DO Nº 2, DO ARTIGO 48 DO REGIMENTO;**-----

----- (O Voto de Protesto 018/01 fica anexado a esta Ata como Anexo VI e dela faz parte integrante.)-----

----- **Senhor Presidente em Exercício, Rui Paulo Figueiredo,** no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- Vamos passar ao Ponto 3 da Ordem de Trabalhos, Voto de Protesto 18/1 apresentado pelo Bloco de Esquerda, “Contra a Perseguição Judicial por razões políticas de membros da Generalitat da Catalunha”, o voto foi também subscrito pelo PAN, vamos dar a palavra ao Bloco de Esquerda para apresentar este voto.”-----

----- **A Senhora Primeira-Secretária da Assembleia Municipal, Patrocínia César,** no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “Senhora Deputada Isabel Pires.”-----

----- **A Senhora Deputada Municipal Isabel Pires (BE)** no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “Obrigada Senhor Presidente em Exercício, Senhores Deputados, Senhoras Deputadas, muito brevemente, porque a situação que está relatada no nosso voto é do conhecimento público, já houve também várias expressões de condenação relativamente ao que se está a passar na Catalunha e perpetrado, pelo Estado espanhol, inclusivamente na Assembleia da República. E, portanto, aquilo que está aqui em

causa é de notar a condenação, pela perseguição e pela detenção de políticos que foram democraticamente eleitos, nomeadamente no dia 21 de dezembro, por eleições que inclusive foram pedidas pelo próprio Estado espanhol, que os está a condenar, e portanto, trata-se de uma situação, em território muito próximo do nosso que não é tolerável sobre nenhum ponto de vista, seja ponto de vista dos direitos democráticos, direitos políticos, direitos cívicos, aquilo que se está a passar no Estado espanhol e em especial na Catalunha, mas não só, é absolutamente gritante.-----

----- Ainda hoje foram indicadas mais detenções por crimes como rebelião e terrorismo, que recaem sobre pessoas que estão ligadas a organizações populares de resistência relativamente àquilo que é a política do Estado espanhol. E, portanto, estamos a assistir a um crescendo de repressão, estamos a assistir a um crescendo de detenções políticas, que não são aceitáveis especialmente com a história que temos também no nosso país, com a história que nos une também, já agora, ao território da Catalunha, não é aceitável sob nenhum ponto de vista que não exista uma condenação sobre aquilo que se está a passar. -----

-----“Obrigada.” -----

----- **Senhor Presidente em Exercício, Rui Paulo Figueiredo**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

-----“ Muita obrigada, Senhora Deputada vamos continuar com a lista de inscrições.” --

----- **A Senhora Primeira-Secretária da Assembleia Municipal, Patrocínia César**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

-----“Tem a palavra o Senhor Deputado Diogo Moura do CDS.” -----

----- **O Senhor Deputado Municipal Diogo Moura (CDS)** no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

-----“ Muito obrigado Senhor Presidente em Exercício, e muito rapidamente para dar nota da fundamentação do voto contra do CDS e que acompanha aquilo que tem sido votos no mesmo sentido, que o voto que de hoje apresentado pelo Bloco de Esquerda. -  
----- E porque é que votamos contra, e por três razões muito simples: a primeira tem a ver com o respeito pela soberania dos Estados, nós achamos que em nenhuma circunstâncias os órgãos da República devem imiscuir-se nos assuntos internos dos Estados soberanos e democráticos, tem as suas instituições representativas eleitas e a funcionar e porque Espanha, obviamente tem uma Constituição e leis que regulam a vida pública, tribunais e partidos políticos a atuarem no quadro definido pela lei, e uma sociedade civil esclarecida e cívica e, portanto, seguramente que, dentro desse quadro, saberão encontrar soluções para os seus problemas internos. -----

----- Em segundo lugar, porque se trata, nós achamos que sim, se a Senhora Deputada acha que não, é uma opinião sua e do Bloco a segunda razão tem a ver com a ingerência das competências, um voto que seja aprovado por esta Assembleia Municipal, dentro desta matéria não fazendo ele parte daquilo que são competências, ou daquilo que é que a atuação e as competências de uma Câmara Municipal. Parece-nos que é completamente extemporâneo e, portanto, para além de revelar ingerência acaba por se tratar de uma matéria que extrapola e, portanto, não percebo, desculpe Senhor Deputado, não percebo qual é a mais-valia de uma Assembleia Municipal se

pronunciar sobre o processo da Catalunha, peço desculpa, a Assembleia da República, ainda posso perceber, embora, mantenha a mesma posição de que se está a imiscuir naquilo que são assuntos de soberania de um outro Estado, mas se a Senhora Deputada acha o contrário é com o Bloco.-----

----- E em terceiro, porque acho que estas matérias, nós temos esta oportunidade obviamente que o Bloco de Esquerda tem toda a legitimidade de colocar os assuntos na Ordem de Trabalhos, agora nós consideramos quer no PAOD, isto é a posição do CDS como disse, tem toda a legitimidade, quer no PAOD, quer esta premissa que nos permita passando a redundância apresentar moções, recomendações e votos, na Ordem do Dia, nós achamos que é uma mais-valia apresentar aquilo que são problemas da nossa cidade, que é por isso que nós fomos eleitos e apresentar soluções e não falar de matéria internacional, em qual a Assembleia Municipal não tem qualquer competência.-----

----- “Muito obrigado.”-----

----- **Senhor Presidente em Exercício, Rui Paulo Figueiredo,** no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “Muito obrigado Senhor Deputado, vamos continuar, temos várias inscrições.-----

----- **A Senhora Primeira-Secretária da Assembleia Municipal, Patrocínia César,** no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

-----“Tem a palavra o Senhor Deputado Fernando Correia do Partido Comunista Português.”-----

----- **O Senhor Deputado Municipal Fernando Correia (PCP-Independente)** no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “Boa tarde, Senhor Presidente, Senhores Deputados, Público.-----

----- Esta de enfim, não nos ingerimos nos países, nos outros países, é uma questão muito interessante, porque há países e países, porque há países em que nós nos podemos ingerir, desculpem com os quatro pés, pés e mãos e há outros que, enfim, coitadinho do Rajoy, não podemos dizer nada, porque são países soberanos mas passando ao concreto.-----

----- O PCP vai votar naturalmente a favor, consideramos as medidas coercivas e repressivas incluindo a detenção e a aplicação de processos judiciais adotados pelas autoridades espanholas é a chamada criminalização da política, quanto a dirigentes políticos, membros do Parlamento e a ex-membros do Governo da Catalunha constitui uma grave manifestação de intolerância antidemocrática. Tais medidas inscrevem-se na tentativa de sufocar genuínos sentimentos de identidade nacional, e afirmar posições autoritárias que bloqueando e não contribuindo para encontrar uma solução política para a complexa questão nacional em Espanha, antes tenderão a agravá-la. A instrumentalização da questão nacional catalã, a escalada de factos consumados a ausência de uma solução política, visa iludir as responsabilidades daqueles que têm promovido uma política com graves consequências sociais, seja em Espanha, seja na Catalunha, a coberto da atual situação promovem-se valores nacionalistas, reacionários e tomam alento setores fascistas franquistas que, durante dezenas de anos, oprimiram os povos de Espanha. Esta deriva repressiva tem expressão na

denominada “Lei da Mordça” adotada em 2015, e agride liberdades e direitos políticos e democráticos fundamentais.-----

----- A questão nacional em Espanha deve ser considerada como a complexidade que a história e a atual realidade daquele país encerram, o Grupo Municipal do PCP, condena as medidas repressivas e a deriva autoritária do Governo e autoridades espanholas, nomeadamente em relação à situação da Catalunha, e apela a que seja encontrada uma solução política, para a questão nacional em Espanha, no respeito pela vontade dos seus povos, e são vários e conseqüentemente da vontade do povo catalão e da salvaguarda dos direitos sociais e outros direitos democráticos dos povos em Espanha. -----

----- Tenho dito.”-----

----- **Senhor Presidente em Exercício, Rui Paulo Figueiredo,** no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “Muito obrigado, Senhor Deputado.”-----

----- **A Senhora Segunda-Secretária da Assembleia Municipal, Virgínia Estorninho,** no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Senhor Deputado, Rodrigo Mello Gonçalves do PSD..” -----

----- **O Senhor Deputado Municipal Rodrigo Mello Gonçalves (PSD)** no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “Muito obrigado, Senhor Presidente, Senhores Vereadores, Senhoras e Senhores Deputados Municipais.-----

----- O PSD votará contra este voto de protesto apresentado pelo Bloco de Esquerda. Aliás, cingindo, não entrando nas questões das ingerências, mas entrando no próprio texto da moção do Bloco de Esquerda, ela é contraditória, e passo a explicar porquê. Porque o Bloco de Esquerda começa o seu texto falando no direito à autodeterminação dos povos, diz de seguida, que na ausência de um alargado consenso sobre o que é o direito à autodeterminação dos povos, a expressão popular, ou individual da vontade de independência face ao Estado onde essa população se insere tem de ser entendida. -----

----- E é aqui que a vossa moção peca, por uma razão muito simples, é que nem nas eleições de 2015, nem nas eleições de 2017, o bloco de partidos independentistas tiveram a maioria dos votos. Em 2015 com 75% de participação eleitoral, o Bloco Independentista representou 47,8% dos votos, em maioria absoluta não, 47,8% tiveram 1.966.000 de votos num universo de 4.000.130 é fazer as contas, como diria alguém. Em 2017, numa participação ainda maior de 79%, o Bloco Independentista reduziu o seu peso relativo, passou para 47,5%, ou seja, foram mais catalães votar e o peso relativo do Bloco Independentista reduziu-se, aliás, o número de deputados também se reduziu de 2015 para 2017, e o problema que se põe aqui é que têm uma maioria de deputados na Assembleia da Catalunha que não corresponde à maioria dos votos e portanto, uma região inteira não pode ficar dependente de um conjunto de deputados que não é suportado por uma maioria da população e, por isso é que o problema da Catalunha se põe.-----

----- E ao contrário do que dizem, não há perseguições políticas em Espanha, Espanha é um regime democrático consolidado onde as instituições funcionam, mas deixo-vos um repto, se querem apresentar aqui votos por perseguições políticas até em países onde se fala espanhol, esses poderão fazer todo o sentido e até poderão ser oportunos e se calhar até recolhem a unanimidade desta Câmara, mas convém que sejam geograficamente mais certos e apontar ali para os lados do continente americano.”

----- **Senhor Presidente em Exercício, Rui Paulo Figueiredo**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “Muito obrigado Senhor Deputado, talvez não seja assim tão unânime a sugestão, temos mais inscrições?”-----

----- **A Senhora Segunda-Secretária da Assembleia Municipal, Virgínia Estorninho**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “Senhora Deputada, Inês Sousa Real do PAN”-----

----- **A Senhora Deputada Municipal Inês Sousa Real (PAN)** no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “Muito boa tarde a todos e a todas, Senhor Presidente em funções, demais Vereadores, Deputados e Deputadas Municipais, Público presente e Comunicação Social.-----

----- O PAN não pode deixar de aderir, de facto, a este voto apresentado pelo Bloco de Esquerda, uma vez que acreditamos que não podemos ficar indiferentes à prática de quaisquer medidas que sejam repressivas e coercivas, perante o exercício de dirigentes políticos. Não nos podemos esquecer que não faz assim tanto tempo que também em Portugal tivemos perseguições políticas, presos políticos e, portanto, a democracia instalada no nosso próprio país, também teve as suas convulsões e também teve o seu preço a pagar por eleitos, tal como nós aqui hoje nesta casa da cidadania.-----

----- Dessa forma, uma vez que falamos de dirigentes que hoje correm o risco de enfrentar uma pena de prisão de 25 a 30 anos, pelo facto de terem uma perspetiva política diferente do Estado espanhol, entendemos que, de facto, esta casa não pode permanecer indiferente e que a liberdade de expressão e autodeterminação de qualquer povo e onde se inclui, obviamente, a Catalunha, são elementos fundamentais para a democracia e que a resposta que o Estado espanhol veio dar é precisamente uma resposta de violência, ao contrário de uma resposta de diálogo e de inclusão e de aceitação até daquilo que foi a decisão da Catalunha.-----

----- Não faz, de facto assim tanto tempo e temos de ter essa memória presente também que a própria luta que a Catalunha teve para a independência de outros povos onde se inclui Portugal, historicamente isso também está relatado.-----

----- A própria Amnistia Internacional, também já veio opor-se à violência que está a ser exercida na Catalunha em relação aos presos políticos e a estas perseguições e, portanto, vem aqui o PAN condenar precisamente esta atuação do Estado espanhol e apelar a uma solução de não-violência, em respeito pelo diálogo, e pela cooperação, porque não nos podemos esquecer que o que está aqui em causa independentemente

da questão de fundo, da independência da Catalunha é o exercício de direitos civis, o exercício de direitos políticos e, portanto, o exercício de direitos fundamentais. -----

----- Muito obrigado. -----

----- **Senhor Presidente em Exercício, Rui Paulo Figueiredo,** no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Muito obrigada Senhora Deputada.” -----

----- **A Senhora Segunda-Secretária da Assembleia Municipal, Virgínia Estorninho,** no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Senhora Deputada, Isabel Pires, do Bloco de Esquerda.” -----

----- **A Senhora Deputada Municipal Isabel Pires (BE)** no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Muito obrigado Senhor Presidente, três pontos que importa realçar nesta discussão: em primeiro lugar e, com certeza que cada um terá os seus argumentos e não é isso que eu estou a pôr em causa, mas sobre isto ser um assunto de soberania de outros estados, também outros assuntos são de soberania de outros Estados e, no entanto, todos os partidos políticos, independentemente de ser na Assembleia Municipal, ou na Assembleia da República se pronunciam e, por exemplo, temos o caso da Polónia, temos o caso da Hungria em que também me parece que ainda são Estados soberanos, mas também tem havido intervenção sobre isto, mas também quando se apresentam votos sobre a questão de Israel ou da Palestina também falaremos de outros estados e estamos a tomar uma posição política -----

----- Porque o que está aqui em causa é tomar uma posição política e o que está escrito no nosso voto é expressar a condenação pela prisão dos eleitos do Governo da Catalunha, não é nada mais do que isso é que esta Assembleia Municipal exprima o protesto relativamente a isto. -----

----- Em segundo lugar, aqui o Deputado do PSD deu-nos, vários dados esqueceu-se dar os dados do resultado do referendo de um de outubro, em que tivemos dois milhões de pessoas a votarem sim, pela independência e, portanto, também vimos no dia um de outubro, aquilo que foi feito pelo Estado espanhol através da Guardia Civil às pessoas que queriam votar e, portanto, sobre isso também ficamos a perceber qual é que é ideia, afinal que o PSD tem sobre democracia ou não, há uns que contam e há outros que não contam e, portanto, ficamos esclarecidos. -----

----- Em terceiro lugar, há uma coisa que tem que ficar também muito clara neste debate, aquilo que se está a passar no Estado espanhol, não só na Catalunha volto a referir, não só na Catalunha é a prisão de artistas plásticos e artistas musicais, de funcionários públicos que estão acusados de terrorismo, porque supostamente insultaram uma monarquia, e isto não é aceitável no Século XXI, no país aqui ao lado, como é que se pode tentar branquear, condenar funcionários públicos e artistas, por terrorismo, é disto que estamos a falar do Estado espanhol. E portanto se Portugal e todos os países da União Europeia, já agora que se arroga ser muito democrática, não tem uma única palavra a dizer sobre isto, então, de facto, estamos muito mal. -----

----- **Senhor Presidente em Exercício, Rui Paulo Figueiredo,** no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----



----- “Muita obrigada Senhora Deputada.”-----

----- **A Senhora Segunda-Secretária da Assembleia Municipal, Virgínia Estorninho**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “Senhora Deputada Aline Beuvink, do PPM”-----

----- **A Senhora Deputada Municipal Aline Beuvink (PPM)** no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “Senhor Presidente em Exercício, Senhoras Secretárias da Mesa, Senhores Vereadores, Senhores Deputados, Público presente, Senhores Funcionários, boa tarde

----- O PPM vai abster-se nesta votação, quem diria! Eu sei que o programa do nosso partido defende a autodeterminação dos povos e, aliás, já serviu de inspiração ao Bloco de Esquerda pelos vistos continua a servir.-----

----- No entanto, gostaríamos de ver coerência no Bloco de Esquerda, eu sei é um sonho, eu sei que é um sonho que nunca irá acontecer, mas ainda temos esperança por isso é que também somos monárquicos. Já que gostam tanto de expressar a condenação de presos políticos, podem ter a certeza que vamos votar favoravelmente no dia em que também fizerem isso em relação a presos políticos em Cuba, na Rússia, na Coreia do Norte ou na Venezuela.-----

----- Obrigado.”-----

----- **Senhor Presidente em Exercício, Rui Paulo Figueiredo**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “Muito obrigada Senhora Deputada.”-----

----- **A Senhora Segunda-Secretária da Assembleia Municipal, Virgínia Estorninho**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “Senhor Deputado José Faria do MPT.”-----

----- **O Senhor Deputado Municipal José Faria (MPT)** no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “Muito obrigado Senhor Presidente.-----

----- Nós estamos aqui a discutir o quê? Desculpem lá caros colegas, mas eu penso que estou na Assembleia Municipal de Lisboa não me enganei no caminho, penso eu. Nós estamos aqui para discutir os assuntos de Lisboa, dos lisboetas, ou para falar da Catalunha, de um assunto interno de um outro país? Mas se é assim e se assim vamos falar dos assuntos internos de outros países, Estados membros da União Europeia, então vamos falar também de outros, não nos circunscrevemos somente à União Europeia. Vamos falar de Israel, vamos falar da Venezuela, que os Senhores sabem do que é que eu estou a falar, vamos falar de Cuba, porque não? Então sim, venham e tragam. E vamos falar da falta de democracia que há em Cuba, vamos falar da crise humanitária que há na Venezuela, vamos falar da agressão de Putin, constantemente à Ucrânia, ao seu próprio povo, vamos falar disto, e aí sim. Agora não se podem cingir, não é só quando vos agrada, desculpem, não é só quando vos agrada, isto Senhores Deputados, nós somos colegas, isto é uma Assembleia séria, presumo, não é? Ou não é?-----

----- Então pronto, vamos falar do que é importante para os lisboetas, e é aqui que nós somos representantes dos lisboetas, acho eu! Eu não sou representante, do povo da

Catalunha, nem do povo de Espanha, nem do povo seja lá de onde for, sou representante do povo de Lisboa, vamos falar dos assuntos de Lisboa, por favor: Porque a população de Lisboa está aqui representada por nós, mas também estão aqui, no público e querem saber, que é que os Senhores e o que é que nós falámos sobre os problemas de Lisboa e dos lisboetas, certo? -----

----- Muito Obrigado.-----  
----- Seriedade acima de tudo.”-----

----- **Senhor Presidente em Exercício, Rui Paulo Figueiredo,** no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “Muito obrigado Senhor Deputado, vamos continuar com as inscrições.”-----

----- **A Senhora Segunda-Secretária da Assembleia Municipal, Virgínia Estorninho,** no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “Senhor Deputado Manuel Lage do Partido Socialista.”-----

----- **O Senhor Deputado Municipal Manuel Lage (PS)** no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “Senhor Presidente, Senhores Deputados.-----

----- Relativamente a este voto do Bloco de Esquerda, trata-se de um voto ideológico, profundamente ideológico, está em causa o Estado soberano, um Estado democrático da União Europeia, o Estado espanhol que retificou as convenções internacionais, as convenções das Nações Unidas.-----

----- O Partido Socialista defende, naturalmente, uma solução política e não uma solução policial, defende uma solução de diálogo, defende, aliás, como o Partido Socialista Operário Espanhol, uma revisão constitucional em Espanha, defende mais autonomia para as regiões, mas entende, naturalmente que é a hora da política atuar. É a hora em que todos os espanhóis o devem fazer, incluindo os catalães naturalmente e, portanto, o Partido Socialista não acompanhará o Bloco de Esquerda e não votará favoravelmente. E, por isso, nós achamos que é altura de que em Espanha na Catalunha, todos os espanhóis possam de forma unida, resolver o problema que têm na Catalunha e, no resto do reino de Espanha e assim entenderem como devem e resolver o problema que têm, nomeadamente através do alargamento das competências das suas regiões e assim resolverem o problema não só da Catalunha, mas de outras regiões e de outras questões que têm internas, e que muita falta fazem ao Estado português, e como nossos vizinhos, como nossos parceiros comerciais de longa data. E naturalmente aquilo que nós entendemos, é que não através de polícia ou de intervenção policial de presos, não é disso de que se trata, não é isso que estamos aqui a discutir neste momento, não é de outros países que devemos estar a discutir é sobre este voto que nos é colocado pela frente e este voto aquilo que ele nos diz é que não está em causa a Constituição espanhola, o que está em causa é, neste momento, deixar atuar a política e, portanto, deixemos a fazer aos espanhóis aquilo que eles têm que fazer neste momento, não vamos ingerir naquilo que é o trabalho deles, disse.”-----

----- **Senhor Presidente em Exercício, Rui Paulo Figueiredo,** no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “Muito obrigado Senhor Deputado, temos mais inscrições sobre este ponto.” -----

----- **A Senhora Segunda-Secretária da Assembleia Municipal, Virgínia Estorninho**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Senhora Deputada, Margarida Pinheiro do CDS.” -----

----- **A Senhora Deputada Municipal Margarida Penedo (CDS)** no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “É Penedo o meu nome, só para deixar essa correção. -----

----- Ora bem, nós estamos a falar de Espanha, que é um país democrático com instituições democráticas, reconhecidas como democráticas por todas as organizações internacionais. Ora, a nossa posição é, estes presos, são presos ou não são presos segundo uma questão que é judicial, não é política, não são presos políticos para o CDS não são presos políticos, isto é uma questão judicial, que ali está. E se estas coisas não forem bem definidas, onde é que acaba o campo judicial, onde é que acaba o campo político, vamos entrar naquilo que o Bloco de Esquerda faz aqui, como faz constantemente e como faz por sua natureza, que é hoje está a pedir para libertar pessoas, amanhã vem aqui pedir para prender pessoas, e é isto que o CDS não pode considerar de maneira nenhuma.” -----

----- **Senhor Presidente em Exercício, Rui Paulo Figueiredo**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Muito obrigada Senhora Deputado e fica feita a correção do nome e vamos continuar.” -----

----- **A Senhora Segunda-Secretária da Assembleia Municipal, Virgínia Estorninho**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Senhor Deputado Miguel Santos do PAN.” -----

----- **O Senhor Deputado Municipal Miguel Santos (PAN)** no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Muito obrigado Senhor Presidente. -----

----- Eu queria só referir uma questão de enquadramento, que eu saiba nós não temos votos de protesto Municipais ou moções Municipais, temos um voto de protesto, e este voto de protesto é porque algumas pessoas sentem-se, com aquilo que acontece com os nossos vizinhos. -----

----- Com os sírios a serem gazeados, com os presos políticos na Catalunha. “Quem não se sente, não é filho de boa gente” diz o ditado, e nós sentimo-nos solidários com todos aqueles que são vítimas de injustiças e atos inomináveis e portanto, obviamente iremos votar a favor. -----

----- “Muito obrigado”. -----

----- **Senhor Presidente em Exercício, Rui Paulo Figueiredo**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Muito obrigado, Senhor Deputado. A Mesa não regista mais inscrições e, portanto, vamos passar à votação. Voto de Protesto 18/1 apresentado pelo Bloco de Esquerda, subscrito pelo PAN, “Contra a Perseguição Judicial por Razões Políticas de Membros da Generalitat da Catalunha”, quem vota contra este voto? Vota o CDS, MPT, PSD, Partido Socialista. O voto está reprovado, mas vamos registar. Quem se

abstém? O PPM, Deputados Independentes, quem vota a favor? Muito bem, os restantes partidos votam a favor. Não, os Independentes, sim, a Presidente Helena Roseta, conta os Independentes todos, os serviços registam na ata tudo. O voto está reprovado, nós estamos a contar os diferentes partidos e Deputados Municipais Independentes que votam.”-----

----- **Voto de Protesto 018/01- (Subscrito pelos Grupos Municipais do BE e do PAN) - “ Contra a Perseguição Judicial por Razões Políticas de Membros da Generalitat da Catalunya”-** foi rejeitado, votos contra PS, PSD, CDS-PP, MPT, abstenções 2PS, PPM, 1IND, votos a favor do PCP, BE, PAN, PEV, 6IND. -----  
----- (Ausência de 1 Deputado (a) Municipal Independente da Sala do Plenário.)-----

----- **Senhor Presidente em Exercício, Rui Paulo Figueiredo,** no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- Uma interpelação à Mesa Senhor Deputado. O resultado é que o voto está reprovado, Senhor Deputado. O microfone ao Senhor Deputado Miguel Graça.”-----

----- **O Senhor Deputado Municipal Miguel Graça (IND)** no uso da palavra fez a seguinte interpelação:-----

----- “Senhor Presidente pedimos desculpa, mas pedimos para repetir a votação, porque nem todos os Deputados da bancada aqui votaram, se faz favor.”-----

----- **Senhor Presidente em Exercício, Rui Paulo Figueiredo,** no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “Muito bem, a pedido do Senhor Deputado Miguel Graça vamos repetir a votação. Quem vota contra? Vota o CDS, o PS, o PSD, o MPT. Quem se abstém? É o PPM, e um Deputado Independente, dois Deputados Independentes, muito bem, dois do Partido Socialista. Quem vota a favor? Muito bem, fica registado o Bloco de Esquerda, o Partido Ecologista “Os Verdes”, o Partido Comunista Português e os Deputados Municipais Independentes.-----

----- Senhores Deputados Municipais Independentes, vamos passar à frente e fica registado, para os Senhores Deputados Municipais Independentes que querem ver registado individualmente o seu voto, a figura Regimental para o fazerem é a declaração de voto escrita individual. Porque os serviços registam as votações dos Senhores Deputados Independentes, mas depois para ficar registado individual, quer para não assistirmos a este espetáculo habitual é a figura da declaração de voto escrita, que está consagrada no Regimento e todos os outros Senhores Deputados que o queiram fazer, também podem fazer a mesma coisa.-----

----- Vamos prosseguir, o PAN quer fazer uma declaração de voto? O voto favorável PAN, tem razão quer apresentar depois a declaração de voto escrita, não? Não, é suficiente. Vamos passar ao Ponto N.º 4 da Ordem de Trabalhos.-----

----- Senhor Deputado ....declaração de voto do CDS. Nós não vamos registar os votos individuais dos Senhores Deputados, a não ser que os seus Deputados que conhecem tão bem como eu as figuras Regimentais, peçam uma interpelação à Mesa para sinalizarem para o registo áudio, que vão apresentar declarações de voto individuais, é assim que funciona, os Senhores Deputados sabem, insistem em não quer fazer. Senhor Deputado Miguel Coelho quer... microfone ao Senhor Deputado

Miguel Coelho e depois, ao Senhor Deputado Miguel Graça. Sabem tão bem o Regimento ou melhor do que a Mesa, Senhores Deputados, portanto não vamos complicar o que é simples.” -----

----- **O Senhor Deputado Municipal Miguel Coelho (PS)** no uso da palavra fez a seguinte interpelação: -----

----- “Peço desculpa Senhor Presidente, mas eu e o Senhor Deputado Diogo Leão no ato da votação, quando perguntou quem se abstém, limitamo-nos a levantar o braço e, portanto, esse levantar o braço tem que ser assinalado pela Mesa, não é mais nada do que isso.” -----

----- **Senhor Presidente em Exercício, Rui Paulo Figueiredo,** no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Muito bem, fica registado Senhores Deputados, Senhor Deputado Miguel Graça.” -----

----- **O Senhor Deputado Municipal Miguel Graça (IND)** no uso da palavra fez a seguinte interpelação: -----

----- “Senhor Presidente em Exercício, tal e qual como acabou de declarar o Senhor Deputado Municipal Miguel Coelho, também nós como Deputados, gostaria que ficasse registado o nosso voto quando levantamos o nosso braço, é apenas isso que pedimos, e isso está previsto Regimentalmente, muito obrigado.” -----

----- **Senhor Presidente em Exercício, Rui Paulo Figueiredo,** no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Muito obrigado Senhor Deputado, podemos ter uma conversa futura sobre os procedimentos Regimentais e como é que são exercidos pelos Deputados Municipais Independentes.” -----

----- **O Grupo Municipal do CDS-PP** apresentou a seguinte **Declaração de Voto:** -----

----- *Voto de Protesto 018/01 (BE) – “Contra a Perseguição Judicial por Razões Políticas de Membros da Generalitat da Catalunya.”* -----

----- *Os Deputados Municipais do CDS-PP, declaram que votaram contra a moção acima referenciada por considerarem que: em nenhuma circunstância os órgãos da República Portuguesa devem imiscuir-se nos assuntos internos de Estados soberanos e democráticos que têm as suas instituições representativas eleitas e a funcionar. Espanha tem uma Constituição e Leis que regulam a vida pública, tribunais e partidos políticos a atuarem no quadro definido pela Lei e uma sociedade civil esclarecida e cívica. Seguramente que, dentro desse quadro, saberão encontrar soluções para os seus problemas internos.* -----

----- *Não nos resta outra solução que a de contestar veementemente o tique totalitário que anima o BE, ao não reconhecer a separação de poderes, no voto que submeteu a esta Assembleia.”* -----

----- **(O Grupo Municipal do PAN não entregou posteriormente a sua Declaração de Voto)** -----

----- **PONTO N.º4 APECIAÇÃO DA RECOMENDAÇÃO 015/03 (8ª CP), RESULTANTE DO PARECER DA 8.ª COMISSÃO PERMANENTE SOBRE A**

**PETIÇÃO 18/2017 – JARDIM DOS CAVALEIROS (ANFITEATRO EXTERIOR DA SEDE DA CAIXA GERAL DE DEPÓSITOS).**-----

----- **Petição 18/2017;**-----

----- **Parecer da 8.ª Comissão permanente sobre a petição 18/2017;**-----

----- (A **Recomendação 015/03 (8ª CP)** fica **anexado a esta Ata como Anexo VII** dela faz parte integrante.)-----

----- (A **Petição 18/2017** fica **anexado a esta Ata como Anexo VIII** e dela faz parte integrante.)-----

----- (O **Parecer da 8.ª Comissão** permanente sobre a **Petição 18/2017** fica **anexado a esta Ata como Anexo IX** e dela faz parte integrante.)-----

----- **Senhor Presidente em Exercício, Rui Paulo Figueiredo,** no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- Vamos passar ao Ponto 4, Recomendação 15/03 oriunda da 8ª Comissão, tendo origem o Parecer de 8ª Comissão sobre a Petição 18/2017, “Jardim dos Cavaleiros Anfiteatro Exterior da Sede da Caixa Geral de Depósitos”, é o Senhor Deputado Municipal João Valente Pires, que é o relator da Comissão e, portanto, que apresentará não só o relatório, como a recomendação que está em discussão e em votação.-----

----- **O Senhor Deputado Municipal João Valente Pires (PS)** no uso da palavra, enquanto relator, fez a seguinte intervenção:-----

----- “Senhor Presidente em Exercício, Senhores Vereadores, Senhores Deputados. ---

----- São manifestos os problemas de insalubridade, ruído e conflitualidade na apropriação do espaço público, causados pela enorme presença de pessoas a consumir álcool na zona em questão, da Rua do Arco do Cego, Jardim dos Cavaleiros e anfiteatro adjacente.-----

----- Estes problemas parecem ter-se agravado, na sequência das obras realizadas no espaço público na Rua do Arco do Cego, que aumentaram a zona pedonal adjacente aos estabelecimentos em causa e das medidas implementadas de limitação de horário relativamente aos estabelecimentos adjacentes ao Jardim do Arco Cego, onde o problema era semelhante.-----

----- O programa do governo da cidade de 2017/2021, estabelece como objetivos tornar a cidade de Lisboa, cada vez mais atrativa para viver, melhorando a qualidade de vida e o ambiente urbano, pelo que deverão ser encontradas soluções que permitam mitigar os focos de conflitualidade, assegurando a compatibilização do direito ao descanso dos residentes, e a qualidade do ambiente urbano, com as atividades económicas e de lazer.-----

----- Senhor Presidente em Exercício, Senhores Vereadores e Senhores Deputados, antes de propor as Recomendações da 8ª Comissão, gostaria de manifestar o meu desagrado, enquanto relator deste relatório pela ausência de respostas da Câmara Municipal de Lisboa, da Polícia de Segurança Pública, da Caixa Geral de Depósitos, do representante do posto de combustíveis da Galp e do restaurante “Ó Pereira”, entendo que não responder às questões levantadas pela 8ª Comissão, é uma falta de respeito com a Assembleia Municipal.-----

----- Assim, a 8ª Comissão propõe ao plenário da Assembleia Municipal que aprove recomendar à Câmara que, um: analise a possibilidade de introduzir limitações horárias aos estabelecimentos em causa compatibilizando as necessárias atividades económicas com o direito ao descanso dos residentes em área residencial, tendo em conta as medidas semelhantes já implementadas em estabelecimentos próximos.-----

----- Dois: interceda junto da Caixa Geral de Depósitos, de forma a garantir a limpeza adequada regular e suficiente do espaço privado de utilização pública, anfiteatro e jardim, por forma a manter o mesmo em condições de ser fruído pela população em geral e com o reconhecimento pela sua importância histórica.-----

----- Três: em conjunto com a Caixa Geral de Depósitos estude e implemente medidas de mitigação da insalubridade registada ao nível das escadas de ligação entre o anfiteatro e os estabelecimentos superior, decorrentes da acumulação de urina e outros dejetos, medidas que poderão passar por melhorar a iluminação pública do local, ou pela implementação de medidas físicas de encerramento das escadas no período noturno.-----

----- Quatro: através da Polícia Municipal e, no âmbito das suas competências promova a adequada fiscalização e controlo de horário dos estabelecimentos que vendem bebidas alcoólicas na área em questão.-----

----- Cinco: interceda junto da PSP, para que, de uma forma regular e visível promova o reforço das ações de fiscalização e vigilância no âmbito das suas competências, na manutenção da ordem pública, atuando também no que se refere ao consumo de álcool por menores.-----

----- Seis: procure sensibilizar os proprietários dos estabelecimentos em causa, para que tomem medidas no âmbito da sua atividade para diminuírem os respetivos impactos negativos referidos nesta petição.-----

----- Sete: informe periodicamente esta Assembleia, sobre a evolução da implementação das soluções encontradas, de modo a realizar um conveniente acompanhamento.-----

----- E por último, a Comissão propõe ainda ao plenário da Assembleia que promova diligências junto das Juntas de Freguesia das Avenidas Novas e do Areeiro, no respeito pela autonomia, no sentido de ser providenciado um especial cuidado, ao nível de higiene urbana dos espaços em questão, Rua do Arco do Cego e zonas adjacentes bem como na manutenção dos diversos equipamentos de mobiliário urbano existente no espaço público, disse.”-----

----- **Senhor Presidente em Exercício, Rui Paulo Figueiredo,** no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “Muito obrigado Senhor Deputado. Vamos passar às inscrições.”-----

----- **A Senhora Segunda-Secretária da Assembleia Municipal, Virgínia Estorninho,** no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “Senhor Deputado Diogo Moura do CDS.”-----

----- **O Senhor Deputado Municipal Diogo Moura (CDS)** no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “Obrigado mais uma vez Senhor Presidente.-----

----- Dizer em primeiro lugar, que o CDS se associa ao desagrado aqui deixado pelo Deputado Relator João Valente Pires, relativamente à ausência de respostas por parte de entidades, que eram muito importantes para que nós pudéssemos chegar a uma conclusão para este problema, que não é um problema fácil e, portanto, gostaria de como é praxe em primeiro lugar, de obviamente de saudar os peticionários pela apresentação desta petição. -----

----- Não sei se aqui estarão hoje, mas como não reúnem um número mínimo não teriam intervenção neste plenário. Dizer que mais uma vez, esta é uma situação que não é um caso único, e que já nos colocou várias vezes perante um conflito constitucional que é o direito de reunião *versus* direito ao descanso. E é matéria como todos sabemos, não só neste caso como nos anteriores, que já aqui debatemos, quer neste mandato quer no anterior, que não é de fácil resolução. -----

----- Em primeiro lugar pela questão do horário, nós não temos só um problema nesta zona, e o CDS considera que nós não podemos ir resolvendo estes casos de forma micro, ou seja, nós há uns tempos, tivemos debruçados durante um a dois anos sobre aquilo que era o problema na zona envolvente e no próprio jardim do Arco do Cego, conseguiu-se e a Câmara e bem reduzir os horários daqueles estabelecimentos que vendiam a cerveja a muito baixo custo, para que o seu encerramento decorresse às vinte uma horas. A verdade o que é que isto faz, que crie uma zona que os estabelecimentos funcionam até às vinte e uma, e portanto, faz com que o problema se arrasta ou melhor se protele para aquilo que é a zona envolvente e foi exatamente o que aconteceu aqui, havia uma procura na zona envolvente e obviamente, a oferta acabou por nascer. Já existia, obviamente com a Galp, não a procura mas a oferta já existia e veio-se a intensificar com as obras no “Ó Pereira” através deste estabelecimento. E este é que é o problema que a nós nos preocupa mais e que sabemos que não é fácil de resolução para ninguém, principalmente para quem tem competências nesta matéria, que é a Câmara e as Juntas de Freguesia e, portanto, temos que ter em conta que, quando tomamos estas decisões ao nível muito micro isso vai afetar necessariamente, inevitavelmente, toda a zona envolvente e é o que está aqui a acontecer. -----

----- Depois a questão da limpeza mais uma vez, já como aqui foi dito a Caixa Geral de Depósitos não deu qualquer resposta à Assembleia Municipal e, em particular, à Comissão que tinha a análise desta petição. A verdade é que nós não sabemos, se vai haver aqui um esforço por parte da Caixa Geral de Depósitos em ajudar naquilo que é a limpeza deste espaço, sabemos que esse esforço têm sido feito pelas Juntas de Freguesia do Areeiro e que terá que ser agora reforçado pelas Avenidas Novas, onde estão os estabelecimentos aqui em causa, mas a verdade é que não sabemos se vamos ter este parceiro, a quem não lhe deve faltar dinheiro para esta matéria, como um dos *players* principais na resolução deste problema. -----

----- Depois isto leva-nos a uma outra questão que é a fiscalização, nós achamos que numa primeira iniciativa ou numa primeira ação conjunta a Polícia Municipal dentro daquilo que é as suas competências e a PSP dentro das suas, devem fazer ações de prevenção e sensibilização, não só aos comerciantes, mas também aos clientes destes



dois estabelecimentos, se é que podemos chamar estabelecimento ao posto de limpeza da Galp e aquela loja a que está agregada ao serviço de combustível.-----

----- E depois numa segunda fase assim, e se houver prevaricação e se não houver uma resposta positiva por parte destes estabelecimentos aquilo que é a campanha de sensibilização e prevenção então passarmos às coimas e à autuação.-----

----- E isto volta-nos a levar a um problema, que nós já aqui discutimos durante muito tempo e tentamos melhorar o máximo possível de todos os partidos da esquerda à direita, que tem a ver com o Regulamento dos Horários dos Estabelecimentos.-----

----- Nós, na altura, apresentámos uma proposta para que houvesse uma diferenciação daquilo que é uma típica loja de conveniência, que deve estar aberto até mais tarde e que vende bens de primeira necessidade, como pão, como leite, daquilo que são ... eu vou já terminar Senhor Presidente.-----

----- Daquilo que são lojas como é o caso desta Galp que vende, bebidas alcoólicas, tabaco e outras coisas que obviamente, não são necessidades urgentes e, portanto, nesta matéria, mais uma vez nós temos que voltar a refletir sobre ela e é também este apelo que queremos deixar à Assembleia Municipal, e não queria terminar deixando de obviamente de parabenizar o Deputado João Valente, por este trabalho, que é muito difícil, porque, como disse, não é de fácil solução. Muito obrigado.-----

----- **Senhor Presidente em Exercício, Rui Paulo Figueiredo**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “Muito obrigado Senhor Deputado, entretanto o PPM tinha sinalizado que cedia tempo ao CDS, vamos continuar com as inscrições.”-----

----- **A Senhora Segunda-Secretária da Assembleia Municipal, Virgínia Estorninho**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “Senhor Deputado António Prôa do PSD.”-----

----- **O Senhor Deputado Municipal António Prôa (PSD)** no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “Muito obrigado Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, Senhores Vereadores, Senhores Peticionários creio que, no início da Sessão tiveram oportunidade de intervir, apesar de não terem o direito Regimental de o fazer enquanto peticionários, manifestaram novamente a vossa preocupação. Quero saudar a iniciativa dos peticionários por trazerem à Assembleia Municipal de Lisboa, ao fórum de debate dos problemas da cidade, um problema que os aflige, que os preocupa, que põe em causa o seu bem-estar e é disso que se trata no essencial de zelar pelo bem-estar, pelo direito ao descanso de um conjunto de lisboetas, que se vê privado desse mesmo descanso em virtude de atividades, que em muitas circunstâncias como foi possível verificar pelo trabalho da Comissão, no âmbito da análise desta petição, verificou que estava em causa muitas vezes o cumprimento de regras, para além de regras de boa convivência, regras também que são imposições legais e regulamentares.-----

----- Permitam-me saudar também o Senhor Deputado João Valente, Relator deste Relatório, que foi aprovado por unanimidade na 8ª Comissão a que presido, pelo

trabalho desenvolvido, não obstante as dificuldades que o Senhor Deputado também teve oportunidade de referir. -----

----- E eu terminarei com o sublinhado dessas referências que o Senhor Deputado muito oportunamente fez, queria muito sucintamente apenas dizer que este problema é um problema de civismo, um problema de respeito na convivência em sociedade, mas é também um problema de fiscalização e vigilância. Em muitas circunstâncias, temos verificado que os comportamentos não são suficientes para respeitar, para nos respeitarmos uns aos outros enquanto cidadãos e é nessa medida que a fiscalização e que a vigilância se deve impor. E, neste caso também é claro que, para além das questões de cumprimento de horário, para além das questões do esforço dos proprietários dos estabelecimentos que foram aqui referidos, para além da necessidade de uma particular atenção para a limpeza que tem aqui que ser garantida, há aqui um problema de vigilância que tem que ser reforçada por parte desde logo da Câmara Municipal através da Polícia Municipal, mas também da Polícia de Segurança Pública. E apenas com isso eu estou convencido que poderemos impor algum respeito aos cidadãos que veem o seu sossego aqui posto em causa, e queria sublinhar a necessidade de fiscalizar a necessidade de utilizar os meios que a Câmara tem ao seu dispor e que, inexplicavelmente, neste caso, em concreto, não utiliza. -----

----- Queria terminar com um sublinhado à censura que aqui foi feita pelo menos, quero eu censurar o comportamento da Câmara Municipal de Lisboa, que ignorou o apelo que a Comissão fez para responder a um ofício, pedindo esclarecimentos que ajudassem a Comissão a elaborar esse relatório. A Câmara Municipal, há mais de dois meses e meio...termino já Senhor Presidente. Mas, aliás, permita-me Senhor Presidente que me dirija também a si nesta preocupação que estou aqui a manifestar. -

----- O desrespeito que a Câmara Municipal teve foi com os cidadãos, não quis contribuir para que a Assembleia Municipal ajudasse a resolver o seu problema, mas foi em primeiro lugar um desrespeito para com a Assembleia Municipal de Lisboa. Julgo que isto, não sei se é comum acontecer, a Câmara Municipal eximir-se à sua obrigação de responder à Assembleia Municipal pois, neste caso aconteceu e eu enquanto Presidente da 8ª Comissão, sinto-me também desrespeitado e diminuído na minha capacidade de cumprir a minha obrigação. E a Assembleia Municipal, julgo que não deve deixar passar em claro esta atitude de desrespeito para com a Assembleia Municipal. Porque se o estabelecimento “Ó Pereira”, ou se a bomba de gasolina não respeita à Assembleia Municipal, pois bem, eu não creio que a Câmara Municipal de Lisboa deva ter um comportamento ou possa ter um comportamento semelhante à bomba de gasolina, são entidades diferentes, responsabilidades diferentes, especialmente para com a Assembleia Municipal. E, por isso, Senhor Presidente, quero aqui sublinhar este desrespeito, espero que não seja um precedente para outras ocasiões se repetir, acho que a Câmara Municipal tem obrigações particulares para com os cidadãos e com a Assembleia Municipal e não vejo que seja admissível esta falta de consideração para a Assembleia Municipal. -----

----- E quero aqui anunciar Senhor Presidente que, após a previsível aprovação deste relatório, eu próprio, na minha qualidade de Presidente da 8ª Comissão, irei formalizar

o meu desconforto, a minha insatisfação perante esta atitude da Câmara Municipal e dirigir-me-ei à Senhora Presidente da Assembleia Municipal, juntando também o meu desconforto relativamente às outras entidades que não responderam, nomeadamente a PSP que tem particulares responsabilidades, mas permita-me sublinhar uma vez mais Senhor Presidente, a Câmara Municipal não pode deixar de corresponder às suas obrigações de respeito à Assembleia Municipal.-----

----- Muito obrigado.”-----

----- **Senhor Presidente em Exercício, Rui Paulo Figueiredo,** no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “Muito obrigado Senhor Presidente, tomámos devida nota, não costuma acontecer, não deve acontecer, será devidamente encaminhado a missiva/protesto institucional da 8ª Comissão e estou certo que o Senhor Vereador João Paulo Saraiva, que representa a Câmara na Conferência de Representantes, também tomou devida nota, para que esta exceção não se venha a transformar em regra, e que as regras de adequada resposta da Câmara Municipal, que na sua grande maioria têm sido seguidas venham a transformar-se a regras sem qualquer tipo de exceção. Vamos dar continuidade as intervenções.”-----

----- **A Senhora Segunda-Secretária da Assembleia Municipal, Virgínia Estorninho,** no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “O Senhor Deputado João Valente Pires, do Partido Socialista, já não quer?-----

----- Senhora Deputada, Cláudia Madeira do PEV.-----

----- **A Senhora Deputada Municipal Cláudia Madeira (PEV)** no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

-----“Obrigado Senhor Presidente, Senhoras Secretárias, Senhores Vereadores e Senhores Deputados.-----

----- “Os Verdes” começam por saudar a iniciativa dos moradores que subscreveram a petição sobre o Jardim dos Cavaleiros, através da qual nos trazem a sua preocupação com um conjunto de problemas neste local no sentido de se tentar resolver a situação.

----- Os problemas sentidos neste Jardim devido à proximidade de dois estabelecimentos comerciais com algumas consequências negativas associadas como: o ruído, o consumo de álcool a acumulação de resíduos, principalmente de copos de plástico, não são novos na cidade, aliás, verificam-se hoje em vários locais e a tendência será aumentar, razão pela qual a Autarquia deve estar cada vez mais atenta a estes fenómenos procurando minimizar os seus efeitos, sempre em articulação com as Juntas de Freguesia e com os moradores.-----

----- Neste caso específico, a situação foi agravada porque os estabelecimentos do Jardim do Arco do Cego começaram a fechar mais cedo, e houve uma deslocalização parcial dos problemas relatados para o Jardim dos Cavaleiros.-----

----- A solução passará pelo aumento do policiamento de proximidade, da fiscalização dos estabelecimentos e pelo aumento da limpeza, estas medidas devem ser acompanhadas de campanhas de sensibilização sobre os efeitos do consumo do álcool, sobre o lixo espalhado no espaço público e sobre o incómodo que os comportamentos das pessoas podem causar aos moradores. Acima de tudo, é necessário compatibilizar

o direito ao descanso e à qualidade de vida, com as atividades económicas e de lazer, como temos vindo a defender nas várias discussões sobre esta matéria. -----

----- “Os Verdes” querem ainda lamentar, o facto de a Comissão, como já foi referido nas intervenções anteriores, terem endereçado pedidos de informação relativamente às questões referidas na petição a diversas entidades: PSP, Caixa Geral de Depósitos, representantes dos estabelecimentos e à própria Câmara Municipal de Lisboa, e nenhuma ter respondido, o que acabou por em parte limitar a análise do assunto em apreciação. Concretamente sobre a Câmara é grave que a autarquia não se tenha sequer dignado a dar qualquer resposta, o que demonstra uma total falta de consideração, um desrespeito para com os cidadãos e para com esta Assembleia. -----

----- Apesar disso, consideramos que a Comissão fez o que estava ao seu alcance, com vista à resolução dos problemas no Jardim dos Cavaleiros. -----

----- Por fim, consideramos ainda que a implementação das recomendações que resultaram da análise desta petição, será essencial para essa resolução, pelo que “Os Verdes” votarão a favor das mesmas, sendo fundamental que continue a haver um acompanhamento desta matéria por parte da Assembleia, no sentido de saber se as medidas vão ser efetivamente implementadas e qual a sua evolução. Obrigado. -----

----- **Senhor Presidente em Exercício, Rui Paulo Figueiredo,** no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Muito obrigada, Senhora Deputada. -----

----- **A Senhora Segunda-Secretária da Assembleia Municipal, Virgínia Estorninho,** no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Senhora Deputada Ana Gaspar dos Independentes.” -----

----- **A Senhora Deputada Municipal Ana Gaspar (IND)** no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Boa tarde Presidente em Exercício, Secretariado, Deputados, Vereadores, olá a toda a gente que está aqui-----

----- Muito simplesmente para dizer que exerce-se novamente o direito à cidadania os peticionários vem naturalmente pôr estas questões que são pertinentes, já se viu como é difícil esta compatibilização entre a necessidade que os jovens têm de exteriorizar e estar a beber um copo na cidade, isto é bom, todos nós já passámos pelo mesmo e depois também a necessidade que as pessoas têm de descanso. -----

----- Eu penso pessoalmente, enfim, aquele lado “Ó Pereira” é ainda das Avenidas Novas, que aquele não é o principal, enfim, tomara eu que aquele sitiozinho ali fosse o Jardim do Arco do Cego. O Jardim do Arco do Cego tem, de facto um impacto brutal, aquele não tem. -----

----- De qualquer modo dizer-vos que da parte da Junta de Freguesia, nós temos feito um grande esforço no sentido de diálogo não só com “Ó Pereira”, que ajuda a limpar, quer dizer não há assim grande questão, pelo menos connosco, e relativamente à Freguesia, particularmente, em relação aquele espaço, de facto, a necessidade de limpeza e do reforço da limpeza estamos atentos, qualquer coisa, os vizinhos e as vizinhas podem-se nos dirigir diretamente, mas sim, acolhemos de bom grado esta reivindicação. Porque temos direito, de facto, temos que compatibilizar este direito,

isso tem que ser possível, o direito de haver estas manifestações de alegria, naturalmente, ao fim da tarde, beber um copo, isto já é muito da tradição também latina e é bom. E depois, o direito que as pessoas têm de descansar, não é incompatível é difícil, mas acho que vamos conseguir. Obrigada.”-----

----- **Senhor Presidente em Exercício, Rui Paulo Figueiredo,** no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “Muito obrigada Senhora Deputada.”-----

----- **A Senhora Segunda-Secretária da Assembleia Municipal, Virgínia Estorninho,** no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “A Senhora Deputada, Isabel Pires do Bloco de Esquerda.-----

----- **A Senhora Deputada Municipal Isabel Pires (BE)** no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “Obrigada Senhor Presidente, Senhores Deputados, Senhoras Deputadas, apenas referir que o conteúdo do abaixo-assinado já foi aqui explicado, também o próprio relatório é bastante extenso na medida em que têm muito bem especificado qual é que é o âmbito da petição, e aquilo que foi também a audição que tivemos na 8ª Comissão aos peticionários. Também referir, obviamente que no âmbito da 8ª Comissão todos concordamos, todos os partidos concordamos que seria importante ter as opiniões ou as informações de outras entidades, como já foi aqui referido e que poderiam de alguma forma ter ajudado a que pudéssemos ter chegado a recomendações mais ou menos diferentes daquilo que é agora proposto, mas com a informação que estava disponível a Comissão chegou e estas recomendações, que o Bloco de Esquerda também acompanha. Sendo certo que é importante também neste tipo de matérias, porque há outras zonas da cidade, que também têm o mesmo tipo de preocupações com o nível maior ou menor de gravidade, mas que também existem outras petições e outras movimentações de associações de moradores ou outros que têm as mesmas queixas.-----

----- E, portanto, continuamos a acreditar que a sensibilização para o problema e a chegar a um equilíbrio saudável entre o direito à diversão, que também existe e ao lazer e o direito de se poder descansar nos horários estabelecidos para isso, é um caminho que se faz com muita sensibilização, com fiscalização, obviamente, mas que deve ser o objetivo que temos que ter para estas situações, não apenas um objetivo de proibir, mas de chegar a equilíbrios saudáveis de vivência entre este tipo de lazer e o próprio descanso dos habitantes. Obrigada.”-----

----- **Senhor Presidente em Exercício, Rui Paulo Figueiredo,** no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “Muito obrigada Senhora Deputada.”-----

----- **A Senhora Segunda-Secretária da Assembleia Municipal, Virgínia Estorninho,** no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “Senhor Deputado Miguel Santos do PAN.”-----

----- **O Senhor Deputado Municipal Miguel Santos (PAN)** no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “Muito obrigado Senhor Presidente, Senhores Deputados.-----

----- Antes de mais queria-me solidarizar com aquilo que o Presidente da 8ª Comissão disse sobre todo este assunto. E depois gostava de dizer, que tivemos uma oportunidade que acabou por ser uma oportunidade perdida, para tentar resolver talvez de uma vez esta questão na cidade. Com alguma regularidade, aparece-nos uma zona da cidade com, exatamente, as mesmas queixas a papel químico e pegando naquilo que disse a Senhora Deputada Ana Gaspar, eu diria que algum destes dias vamos ter que parar um bocadinho e tentar compatibilizar numa zona os dois direitos que tentamos proteger. -----

----- Eu acho que não é impossível, se calhar, vai obrigar a mais fiscalização e algum policiamento noturno, mas creio que é possível fazer essa compatibilização e aquilo que me entristece, neste caso em particular é que aquela zona seria talvez uma das zonas onde isto seria mais fácil de fazer, devido à própria geometria e geografia dos edifícios. -----

----- E por isso cremos que é uma oportunidade perdida, e acho que ficamos com o nosso trabalho interrompido a meio e que podíamos ter feito mais. Lamento bastante a falta de comparência destas entidades que não permitiram que pudéssemos produzir um trabalho mais afinado, mas como as sugestões que são dadas nas recomendações, são todas elas aceitáveis, de bom senso, de boa educação são recomendações que nós iremos aprovar, mas não deixo de sentir uma profunda frustração, relativamente a esta matéria. Muito obrigado.” -----

----- **Senhor Presidente em Exercício, Rui Paulo Figueiredo**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Muito obrigado Senhor Deputado.” -----

----- **A Senhora Segunda-Secretária da Assembleia Municipal, Virgínia Estorninho**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Tem a palavra o Senhor Vereador João Paulo Saraiva.” -----

----- **O Senhor Vereador João Paulo Saraiva**, no uso da palavra, fez a seguinte intervenção: -----

----- “Muito boa tarde a todos. -----

----- “Em primeiro lugar parece-nos evidente que a Câmara Municipal de Lisboa deve um pedido de desculpas à Assembleia Municipal e à Comissão, foi uma daquelas situações que fomos agora atrás dela, e não houve aqui nenhuma intenção, repito, nenhuma intenção de não responder à Assembleia, foi apenas um erro administrativo que tão simples como este que num conjunto de respostas, houve uma que não foi enviada e, portanto, a qualquer momento, ela vai poder chegar e poderá ser distribuída aos Senhores Deputados. Lamentamos que ela não vá em tempo de poderem ter feito o relatório, mas não é mais do que isto, não vale a pena confabular em cima daquilo que aconteceu, porque, de facto, não há nenhuma intenção de não dar resposta a todas as questões que a Assembleia Municipal de Lisboa coloca à Câmara, naquilo que é o seu direito e o dever da Câmara de responder a todas elas, da melhor forma que considerar oportuno fazê-lo. -----

----- Dito, isto importa também dizer que esta é uma questão, é uma matéria como já foi sublinhado que, por diversas vezes, temos sido chamados a abordar. É um

problema desta cidade e de muitas outras, não estou a dizer com isto que devemos cruzar os braços ou conformar- nos com qualquer situação que evidentemente não permita conciliar aquilo que é a possibilidade de nos divertimo-nos com a possibilidade e com a necessidade de descansarmos e de termos uma vida tranquila e portanto, a necessidade de encontrar formas de que estas duas realidades possam coabitar. -----

---- Mas dizer-vos, que em muitas das situações que já foram aqui abordadas foram encontradas soluções e estou convicto que nesta, também vamos encontrar as soluções que melhor resolvam o problema. -----

----- Mas não esteve o Município de Lisboa, nomeadamente os serviços municipais e a Câmara Municipal, não estiveram até agora quietos sobre este assunto, já desde o dia dezassete de janeiro, houve um despacho do Senhor Vereador Duarte Cordeiro, com uma notificação, a um de fevereiro, em que houve a determinação de uma restrição do horário até às vinte e três horas, ao estabelecimento “Ó Pereira”. E está a ser estudada a restrição de venda para a rua, de bebidas alcoólicas no estabelecimento da Galp.-----

----- Estas são duas medidas que já estão implementadas, ou uma está implantada e outra está em estudo, e estamos muito atentos, vamos reforçar a fiscalização nestas áreas e em conjugação com a Junta de Freguesia e com todos aqueles que se sentem lesados por esta situação haveremos de encontrar, como noutros locais da cidade, as melhores soluções.-----

----- Falta por último e devia ter sido a minha primeira frase, mas agradecer àqueles que evidentemente se mobilizam, para a através de uma petição trazer aqui, e trazer aos Órgãos Municipais aquilo que são os seus problemas e as suas necessidades e, portanto, é fundamental para que possamos todos desenvolver melhor o nosso trabalho que essas pessoas se mobilizem para o fazer, cabe-nos a nós agora responder com eficácia aos problemas que nos trazem. Muito obrigado.-----

----- **Senhor Presidente em Exercício, Rui Paulo Figueiredo,** no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “Muito obrigado Senhor Vereador. Fica registado e também tomamos devida nota do pedido de desculpas da Câmara Municipal, pela ausência de respostas, que reitero foi a exceção e não tem sido a regra antes pelo contrário, mas, naturalmente que não se admite e temos todos que trabalhar para que não se repita, quer nas petições com especial relevância pelos munícipes que as fazem, mas também em todas as outras matérias que são objeto de relacionamento entre Assembleia Municipal e a Câmara Municipal.-----

----- Vamos passar à votação da Recomendação n.º 015/03 oriunda da 8ª Comissão, referente à Petição 18/2017 “Jardim dos Cavaleiros Anfiteatro Exterior da sede da Caixa Geral de Depósitos”. Quem vota contra? Não registámos votos contra. Quem se abstém. Foi aprovada a recomendação por unanimidade.-----

----- **Recomendação nº 015/03 – (Subscrita pela 8ª Comissão Permanente) – Resultante do Parecer da 8.ª Comissão Permanente sobre a Petição 18/2017 – Jardim dos Cavaleiros (Anfiteatro Exterior da Sede da CGD)** foi aprovada por

**unanimidade** não há votos contra, não há abstenções, votos a favor do PS, PSD, CDS-PP, PCP, BE, MPT, PAN, PEV, PPM, 8IND. -----

**PONTO 5 - APRECIACÃO DA PROPOSTA N.º 105/CM/2018- DESAFETAÇÃO DO DOMÍNIO PÚBLICO PARA O DOMÍNIO PRIVADO MUNICIPAL DE DUAS PARCELAS DE TERRENO JUNTO AO INTERFACE DA GARE DO ORIENTE, NOS TERMOS DA PROPOSTA E AO ABRIGO DAS DISPOSIÇÕES CONJUGADAS NA ALÍNEA CCC) DO N.º 1 DO ARTIGO 33.º E DA ALÍNEA Q) DO N.º 1 DO ARTIGO 25.º DO ANEXO I À LEI N.º 7572013, DE 12 DE SETEMBRO, NA REDAÇÃO ATUAL.** -----

----- (A Proposta n.º 105/CM/2018 fica anexada a esta Ata como Anexo X e dela faz parte integrante.)-----

----- (O Parecer da 1ª Comissão Permanente fica anexada a esta Ata como Anexo XI e dela faz parte integrante.)-----

----- **Senhor Presidente em Exercício, Rui Paulo Figueiredo,** no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- Vamos passar ao Ponto n.º 5 da Ordem de Trabalhos, apreciação da Proposta n.º 105/2018, “Desafetação do domínio público para o domínio privado municipal de duas parcelas de terreno junto ao interface da Gare do Oriente”, nos termos da proposta e disposições legislativas invocadas, esta proposta tem um erro material que nós vamos passar a identificar para ficar devidamente corrigido. -----

----- Onde se refere à alínea g) é a alínea f), e portanto alínea g) passará a ser a alínea f) é um erro material simples, identificado pelos serviços, num trabalho conjunto entre os serviços da Assembleia Municipal e da Câmara Municipal e, portanto, estando devidamente registado, será devidamente sanado. -----

----- Damos a palavra à Câmara se quer apresentar a proposta. A Câmara prescinde. O Relator da 1ª Comissão, é o Senhor Deputado Municipal, Rui Costa do Bloco de Esquerda, quer apresentar? Vamos dar a palavra ao Senhor Deputado Municipal, Rui Costa, para apresentar o Parecer da 1ª Comissão Permanente.-----

----- **O Senhor Deputado Municipal Rui Costa (BE)** no uso da palavra, enquanto relator, fez a seguinte intervenção:-----

----- “Obrigado Senhor Presidente em Exercício, Senhores Vereadores, Senhoras e Senhores Deputados Municipais.-----

----- A 1ª Comissão elaborou o parecer do qual fui Relator e aprovado por unanimidade, e a única coisa que há apontar ao teor da proposta é que, pese embora, a mesma a proposta se traduzir numa mutação do domínio público Municipal para domínio público ferroviário, porquanto as parcelas em causa se vão integrar no domínio público ferroviário do Estado. A verdade é que o mecanismo que nos é proposto pela Câmara é um mecanismo muito mais complexo, na medida em que teremos desafetar do domínio público do Município, para afetar ao domínio privado para transmitir a uma entidade pública, que depois procederá a sua integração no domínio público ferroviário. -----

----- Ora o Decreto-Lei 276/2003, prevê o Decreto-Lei 280/2007, perdão, de sete de agosto, prevê no artigo n.º 24 a possibilidade de esta mutação subjetiva domínio podia



ser feita por contrato administrativo ou por ato administrativo entre as partes. E seria desejável que assim fosse, porque se dava a imagem daquilo que realmente se pretende fazer. Não obstante esta crítica, a proposta está em condições de ser votada, tendo de fazer esta espécie de *via crucis* de atos jurídicos, para que aquilo que é do domínio público Municipal volte a ser do domínio público, agora ferroviário e do Estado central.” -----

----- **Senhor Presidente em Exercício, Rui Paulo Figueiredo**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

-----“Muito obrigado Senhor Deputado. Não registamos inscrições, e portanto, vamos passar à votação da Proposta n.º 105/2018. Quem vota contra? Não registámos votos contra. Quem se abstém? Também não registamos abstenções. A Proposta n.º 105/2018 foi aprovada por unanimidade.” -----

----- **Proposta n.º105/CM/2018** foi aprovada por **unanimidade** não há votos contra, não há abstenções, votos a favor do PS, PSD, CDS-PP, PCP, BE, MPT, PAN, PEV, PPM, 8IND.-----

----- **PONTO 6 – APRECIACÃO DA PROPOSTA N.º106/CM/2018 – AQUISIÇÃO DE AÇÕES DA ÁGUA DO TEJO ATLÂNTICO,S.A., NOS TERMOS DA PROPOSTA E AO ABRIGO DAS DISPOSIÇÕES CONJUGADAS DO N.º 1 DO ARTIGO 53º E DO Nº1 DO ARTIGO 54º, AMBOS DA LEI N.º 50/2012, DE 31 DE AGOSTO, NA SUA REDACÇÃO ATUAL, DO N.º 1 DO ARTIGO 62º DO DECRETO –LEI Nº133/2013, DE 3 DE OUTUBRO, DE 3 DE OUTUBRO, NA SUA REDACÇÃO ATUAL, APLICÁVEL POR FORÇA DO ARTIGO 4º DO MESMO DIPLOMA , E DA ALÍNEA CCC) DO Nº1 DO ARTIGO 33º DO ANEXO I À LEI N.º75/2013, DE 12 DE SETEMBRO, NA SUA REDACÇÃO ATUAL.**-----

----- (A Proposta nº 106/CM/2018 fica anexada à presente Ata, como Anexo XII e dela faz parte integrante).-----

----- (O Parecer da 1ª Comissão Permanente fica anexado à presente Ata, como Anexo XIII e dela faz parte integrante).-----

----- **O Senhor Presidente em Exercício, Rui Paulo Figueiredo** no uso da palavra, referiu o seguinte:-----

----- “Vamos passar o ponto 6 da Ordem de Trabalhos, apreciação da Proposta 106/2018, “Aquisição de ações das Águas do Tejo Atlântico, S.A” nos termos da proposta e das disposições legais e Regimentais que são identificadas. Temos, também, um erro material identificado para ficar, aqui, registado e ser sanado no decurso dos nossos trabalhos, fruto deste trabalho conjunto que é sempre feito entre os Serviços da Assembleia Municipal e a Câmara Municipal. Na minuta do contrato não deve constar a expressão; “conferidos por deliberação da Assembleia Municipal” e, portanto, vamos retirar. Se vier a merecer a aprovação da Assembleia, será, depois, retificado na Câmara Municipal de Lisboa, esta expressão. -----

----- Vamos dar a palavra à Câmara Municipal para apresentar a proposta. -----

----- O Senhor Vereador João Paulo Saraiva prescinde da apresentação da proposta.-----

----- Temos um parecer da 1ª Comissão Permanente. Senhor Deputado Rodrigo Mello Gonçalves quer apresentar? -----

----- O Senhor Deputado Municipal prescinde da apresentação do parecer da 1ª Comissão Permanente, mas quer intervir. Assim, vamos passar às intervenções.” -----

----- **O Senhor Deputado Municipal Rodrigo Mello Gonçalves (PSD)** no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “Muito obrigado Senhor Presidente. Senhores Vereadores, Senhores Deputados.--

----- Apenas duas, ou três questões simples, de esclarecimento por parte da Câmara, a esta Assembleia, e que se prendem com o seguinte: -----

----- Estamos a falar do investimento que a Câmara Municipal de Lisboa vai fazer na ordem dos quatro milhões de euros.-----

----- Em termos da estrutura acionista da Águas do Tejo Atlântico, a maioria do capital já pertence às Águas de Portugal, com 50,68%, e estamos aqui a aprovar, ou a votar, um aumento da participação da Câmara de 14,9% para 18,4%. -----

----- As questões que eu gostaria de colocar à Câmara prendem-se com o seguinte: -----

----- Como a Câmara é já o segundo acionista e como a maioria do capital já está nas mãos de uma entidade, qual é a relevância deste investimento do ponto de vista da Câmara Municipal de Lisboa? -----

----- E, designadamente, na proposta e no estudo sumário, é referido que a aquisição permite estabilizar a representação do Município na Comissão Executiva e no Conselho de Administração, gostaria que a Câmara esclarecesse em que termos. E, em segundo lugar, refere no estudo sumário, que: ‘do ponto de vista financeiro os dividendos que estas ações são suscetíveis de gerar constituem um incentivo à operação’. E, portanto, perguntar à Câmara qual é a expectativa do retorno financeiro deste investimento que estamos, aqui, a discutir.” -----

----- **O Senhor Vereador João Paulo Saraiva** no uso da palavra, respondeu o seguinte:-----

----- “Respondendo muito diretamente às questões que foram colocadas, em primeiro lugar, como bem referiu, Senhor Deputado, há uma perspetiva relativamente a esta matéria que é, de facto a estabilização da nossa posição dentro desta empresa e, por via do reforço daquilo que é o capital do Município, essa estabilização vai, por certo, ocorrer. Como, aliás, já acontece neste momento, como bem referiu, mas vamos reforçar, evidentemente, essa nossa representatividade no capital.-----

----- Aproximando mais aquilo que é o capital detido pelo Município daquilo que é a população servida, e a percentagem da população servida por esta empresa naquilo que é o seu objeto. -----

----- E, portanto, estamos a falar a população do Município de Lisboa representa cerca de 20% do total de população servida e, portanto, estamo-nos a aproximar, passando a deter 18,38%. -----

----- Mas, também, como referiu, e bem, nós consideramos para além da questão que é fundamental, termos e reforçarmos a nossa posição que nos permitirá, também, reforçar a nossa posição naquilo que são os órgãos de administração da empresa e, com isso, podermos, evidentemente, influenciar e estarmos mais próximos de tudo

aquilo que é a informação de gestão da própria empresa e influenciar as suas decisões presentes e futuras, mas também por ser um bom investimento financeiro. O retorno, obviamente, estamos a falar daquilo que acontece, que é expectável que aconteça nos próximos anos que, no fundo, termos uma remuneração de capital na ordem dos 6,6% com distribuição de dividendos e, portanto, admitamos que com estas percentagens estamos a falar de um bom investimento com um bom retorno. E é espectável, por aquilo que é a saúde financeira da empresa e todo aquele que é o seu plano de investimentos e elementos futuros, que esta situação se possa vir a manter.-----

----- Por estes dois motivos, parece-nos evidente que o Município de Lisboa deve ter uma posição forte, compatível com aquilo que é a sua capacidade e, também, com a população servida, aquilo que é a totalidade da população que esta empresa, que este grupo serve.-----

----- Muito obrigado.”-----

----- **O Senhor Deputado Municipal Rodrigo Mello Gonçalves (PSD)** no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “Muito obrigado.-----

----- Senhor Vereador, muito rapidamente, muito obrigado pelos esclarecimentos que já prestou, mas só apenas para tentar perceber melhor o que é que quer dizer com a questão da estabilização e da influência que a Câmara pode ter ao nível do Conselho de Administração, ou da Comissão Executiva da empresa?-----

----- Obrigado.”-----

----- **O Senhor Presidente em Exercício, Rui Paulo Figueiredo** no uso da palavra, referiu o seguinte:-----

----- “Peço desculpa Senhoras e Senhores Deputados. Estava aqui a alertar o Senhor Vereador João Paulo Saraiva porque, entretanto, para além da pergunta que foi feita pelo PSD, que o Deputado Miguel Santos do PAN, dirigiu-se à Mesa e vai formalizar uma interpelação à Mesa para colocar a questão que suscitou fruto do trabalho feito pelos seus assessores, uma dúvida sobre um eventual erro material da proposta que não tinha sido identificado, nem pelos serviços da Assembleia Municipal, nem por nenhum outro grupo, nem pelos serviços da Câmara Municipal.-----

----- Nós só tínhamos identificado aquele erro material que podemos dar, aqui, por sanado, nem sequer, dado a relevância, nem sequer é uma alteração substancial, pelo não carecerá ser retificado em Câmara. Já a questão colocada pelo Senhor Deputado Miguel Santos poderá ter outra relevância, portanto, microfone ao Senhor Deputado Miguel Santos.-----

----- Peço a atenção ao Senhor Vereador e, também, aos serviços e, naturalmente, nós, aqui, na Mesa para vermos a questão colocada pelo Senhor Deputado Miguel Santos.”

----- **O Senhor Deputado Municipal Miguel Santos (PAN)** no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “Obrigado Senhor Presidente.-----

----- Eu creio que será algo, também, fácil de corrigir porque, enfim, feitas as contas são 3.586.998 ações da categoria A e 350.000 ações da categoria B, e não 3.936.998 ações da categoria A e 350.000 ações da categoria B, como refere o número três da

proposta. Isto originaria, deu origem a um valor em que os fundos seriam insuficientes para a operação e, portanto, era só um esclarecimento se não haverá aqui uma gralha qualquer. -----

----- Muito obrigado.” -----

----- **O Senhor Vereador João Paulo Saraiva** no uso da palavra, respondeu o seguinte: -----

----- “Começando pela última questão, sim com certeza, estamos a falar do preâmbulo e, portanto, há aqui, de facto, no ponto três, onde estão 3.936.998 ações, deve ler-se 3.586.998 ações que com as 350.000, vão dar este total de 3.936.998 ações. Portanto, ou seja, eu diria que fica sanada a questão de substituirmos estes 3.936.998 por 3.586.998. -----

----- Mais, reafirmo que naquilo que é a aparte deliberativa, tudo isto está correto e, portanto, há aqui apenas um lapso material que pode ser, aqui, sanado sem nenhum problema. -----

----- Em relação à questão colocada pelo Senhor Deputado Rodrigo Mello Gonçalves, ou reafirmada, eu diria que a resposta está dada, quer dizer, obviamente, há uma posição maioritária mas, também, há uma configuração do Conselho de Administração em que há representação dos municípios e, obviamente, naquilo que é o óbvio e o normal, é que quem tem, de facto, uma posição que não sendo dominante do outro lado dos 48%, é a mais representativa, obviamente isso também será tido em conta sempre que se fazem as respetivas situações eletivas dos conselhos de administração, as nomeações dos conselhos de administração, em assembleia geral e, portanto, parece-me evidente que estando reforçada a posição do Município fica reforçada a perspectiva de representatividade e de ser representado nos conselhos de administração. -----

----- Muito obrigado.” -----

----- **O Senhor Deputado Municipal Luís Newton (PSD)** no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- "Senhor Vereador, não querendo ser exaustivo nesta matéria, mas para poder isto ficar bem claro, porque na análise da proposta não nos foi possível aferir isso, parece-nos ser evidente, das suas palavras, que este aumento de capital representa um aumento de representação do Município no Conselho de Administração. E a pergunta que lhe coloco é qual era a representação anterior que tinha o Município, e qual é a representação nova que o Município passa a ter? -----

----- **O Senhor Presidente em Exercício, Rui Paulo Figueiredo** no uso da palavra, referiu o seguinte: -----

----- “Muito bem, palavra ao Senhor Vereador João Paulo Saraiva. -----

----- Entretanto, os meus agradecimentos ao Deputado Miguel Santos, ao Grupo Municipal do PAN e ao Assessor que, diligentemente, avaliou a proposta e nos ajudou a detetar este erro material que já foi enunciado e que ficará, certamente, corrigido. E depois, também vamos pedir ao Senhor Deputado Miguel Santos que poderá fornecer à Mesa cópia da transcrição exata para que fique anexo. Vai ficar gravado, mas para ajudar a que fique tudo devidamente corrigido na ata. -----

----- Senhor Vereador João Paulo Saraiva.” -----

----- (O **Memorando** sobre a retificação dos valores referente à **Proposta n° 106/CM/2018, apresentado pelo PAN, fica anexado à presente Ata, como Anexo XIV** e dela faz parte integrante). -----

----- **O Senhor Vereador João Paulo Saraiva** no uso da palavra, respondeu o seguinte: -----

----- “O Senhor Deputado Luís Newton sabe a resposta. Nós temos, neste momento, antes desta operação, um representante e, como nós dissemos, nós queremos estabilizar essa posição e, portanto, vamos manter um representante, seguramente, no futuro, no Conselho de Administração da empresa. -----

----- Muito obrigado.” -----

----- **O Senhor Presidente em Exercício, Rui Paulo Figueiredo** no uso da palavra, referiu o seguinte: -----

----- “Muito obrigado Senhor Vereador. -----

----- A Mesa não regista mais inscrições. -----

----- Vamos passar à votação da **Proposta n° 106/CM/2018** com a correção dos dois erros materiais que foram, devidamente, identificados e que vão ser transcritos na ata e que o Senhor Deputado Miguel Santos, também, nos fará o favor de dar a parte do memorando que identifica. -----

----- Resta-nos aguardar que o Senhor Deputado Luís Newton tome o seu lugar para fazermos a votação. -----

----- **Proposta n° 106/CM/2018**, não há votos contra, nem abstenções, votos a favor do PS, PSD, PCP, CDS-PP, BE, PEV, MPT, PAN, PPM e 8IND. A **Proposta n° 106/CM/2018** foi **aprovada por unanimidade**, e com as correções materiais identificadas. -----

----- **PONTO 7 – APRECIACÃO DA PROPOSTA N.º137/CM/2018 – ASSUNÇÃO DE COMPROMISSOS PLURIANUAIS, NO ÂMBITO DO CONCURSO PÚBLICO, COM PUBLICAÇÃO DE ANÚNCIO NO JORNAL OFICIAL DA UNIÃO EUROPEIA, PARA AQUISIÇÃO DE MOBILIÁRIO ESCOLAR PARA JARDINS-DE INFÂNCIA E ESCOLAS BÁSICAS DO 1º CICLO DA REDE PÚBLICA DA CIDADE DE LISBOA, NOS TERMOS DA PROPOSTA E AO ABRIGO DO DISPOSTO NA ALÍNEA CCC) DO N.º 1 DO ARTIGO 33º DO ANEXO I À LEI N.º 75/2013, DE 12 DE SETEMBRO, NA SUA REDAÇÃO ATUAL, E PARA OS EFEITOS DO DISPOSTO NA ALÍNEA C) DO N.º 1 DO ARTIGO 6º DA LEI N.º 8/2012, DE 21 DE FEVEREIRO.** -----

----- (A **Proposta n° 137/CM/2018**, fica anexado à presente Ata, como **Anexo XV** e dela faz parte integrante). -----

----- **O Senhor Presidente em Exercício, Rui Paulo Figueiredo** no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Vamos passar ao Ponte n.º 7 apreciação da Proposta n.º 137/2018, “ Assunção de compromissos plurianuais no âmbito do concurso público, com publicação de anúncios no Jornal oficial da União Europeia, para a aquisição de mobiliário escolar para os jardins-de-infância e escolas básicas do 1º ciclo da rede pública da cidade de

Lisboa”, nos termos da proposta e o abrigo das disposições legais e Regimentais que são identificadas, vamos dar a palavra à Câmara se quiser apresentar a proposta.-----

----- A Câmara quer apresentar Senhor Vereador? Não, prescinde. Temos inscrições. O Senhor Deputado Luís Newton do Grupo Municipal do PSD quer fazer uma interpelação à Mesa? -----

----- **O Senhor Deputado Municipal Luís Newton (PSD)** no uso da palavra fez a seguinte interpelação: -----

----- “Senhor Presidente, sem querer perturbar mais do que já vamos perturbar a condução dos trabalhos, dar nota que tanto relativamente a este Ponto n.º 7, como ao Ponto n.º 9, nós verificamos aqui uma alteração dos procedimentos, após daquilo que é o normal procedimento de apreciação de propostas em sede de Assembleia Municipal, nomeadamente no que diz respeito à inclusão dos pareceres das respetivas Comissões para apreciação. No caso do ponto n.º 9, inclusivamente chegamos mesmo a ter uma novidade que é uma apreciação na generalidade, e portanto não tendo sido esta matéria e sobretudo esta do ponto n.º 9, discutida na Conferência de Representantes, vemo-nos sujeitos a esta votação, a informar a Mesa do que o PSD se retira a partir deste ponto dos Trabalhos da Assembleia Municipal e, portanto, não participará na votação dos próximos dois pontos, repito, Ponto n.º 7 e Ponto n.º 9 da Ordem de Trabalhos.”-----

----- **O Senhor Presidente em Exercício, Rui Paulo Figueiredo** no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Muito bem, o PSD é livre disso, mas só para corrigir o Senhor Deputado Luís Newton, sobre duas matérias e para elucidá-lo e naturalmente, com essa elucidação, espero que o PSD não abandone os Trabalhos.-----

----- Em relação à assunção de compromissos plurianuais tem sido esta a prática habitual de agendamento sem ida às Comissões para emissão de parecer, a não ser, quando algum Grupo Municipal o solicita, e aí não é a maioria não é nada, basta algum Grupo Municipal o solicitar e isso é feito. E, portanto, aqui no caso é um compromisso plurianual, podemos fornecer depois ao Senhor Deputado Luís Newton, variadíssimos exemplos disso, em que também não temos nenhum registo de nenhum pedido de nenhum Grupo Municipal, para que baixasse à Comissão e seja emitido parecer. -----

----- Em relação ao Ponto n.º 9, ele foi abordado numa das últimas Conferências de Representantes, salvo erro na última, em que eu próprio é que não estive, mas tenho a transcrição da Ata, em que a Presidente Helena Roseta explicou detalhadamente o que aconteceu, e também é com base numa comunicação do Presidente da Comissão competente e é matéria que foi falada na reunião da Comissão.-----

----- O que é que se passou, o que é que está no Regimento e o que é que, de facto, aconteceu e que foi relatado e que está transcrito na Ata da Conferência de Representantes pela Presidente Helena Roseta. -----

----- De facto, nós temos no nosso Regimento, para este tipo de planos em matérias de urbanismo, e que foi consagrado e foi uma inovação do mandato passado e que foi utilizada várias vezes, a discussão a dois tempos. Uma discussão em Plenário, na

generalidade, mais substantiva e até com tempo mais curto, por vezes, embora que seja sempre longo. E depois se a proposta passa na generalidade, ela baixar à Comissão de Urbanismo, para um trabalho de malha mais fina, um trabalho na especialidade em que inclusive, como aconteceu no mandato passado, possam ser apresentadas alterações na especialidade, aos diferentes articulados, que sejam feitas audições, e depois a proposta sobe a Plenário para deliberação sobre as propostas na especialidade e sobre deliberação final. -----

----- No fundo, foi introduzido, até por proposta da Presidente na Assembleia Municipal, mas penso salvo erro, aqui é que posso estar a dizer alguma asneira, mas penso que mereceu consenso na revisão do Regimento no mandato anterior, e foi utilizado por várias vezes, e até permitiu algumas alterações na especialidade às matérias de urbanismo.-----

----- Aquilo que aconteceu, foi que a proposta foi para a Comissão, e a Comissão e bem, começou a fazer algum trabalho para emissão de parecer. Houve um diálogo entre a Presidente da Assembleia Municipal Helena Roseta e o Presidente da Comissão de Urbanismo, que é o Deputado Municipal Miguel Gama, sobre esta matéria do agendamento da generalidade e do trabalho na especialidade, e se poderia existir a emissão de algum parecer simples, embora o Regimento não o exija e não o careça e não fosse a nossa prática, sobre essa matéria, e entretanto foi a Comissão e bem continuando a fazer o seu trabalho e quer continuar. -----

----- No decurso deste diálogo, o que está transcrito na Ata da Conferência de Representantes, em que eu faço fé do que está na Ata, porque eu próprio é que não estive nessa reunião, mas fui verificar a Ata, a Deputada Municipal Helena Roseta, Presidente da Assembleia Municipal, relatou este assunto na parte final da Conferência de Representantes, disse que tinha conversado com o Deputado Miguel Gama, para suscitar o assunto na Comissão de Urbanismo. -----

----- Prosseguindo a Comissão o seu trabalho, para emitir um parecer preliminar ou não emitir um parecer preliminar, continuar os seus trabalhos, mas para adiantarmos, agendarmos a proposta na generalidade, e depois se ela merecesse o chumbo da Assembleia estava chumbado, mas se fosse aprovada na generalidade, ir à Comissão para continuar esse trabalho da especialidade que, na verdade já foi iniciado. -----

----- O Deputado Presidente da 3ª Comissão enviou-nos um *e-mail* quer aos serviços, quer a mim, e enviou a todos os membros da Comissão de Urbanismo, dizendo que o assunto tinha sido abordado na reunião da Comissão, que a posição da Comissão era que não valia a pena, e não era Regimental no fundo é isto, estar a emitir um parecer preliminar que considerava que a proposta devia ser agendada para apreciação na generalidade e que a Comissão continuava a fazer o seu trabalho na generalidade e, portanto, retomávamos o espírito Regimental. -----

----- E isto foi enviado pelo Deputado Presidente da Comissão a todos os Deputados da 3ª Comissão, foi enviado a todos os Membros da Conferência de Representantes, na segunda-feira de manhã, porque foi salvo erro na sexta-feira ou no sábado de manhã, que nós recebemos esta comunicação do Presidente da 3ª Comissão. E não tendo existido nada em contrário, nem de nenhum membro da Comissão de

Urbanismo, nem de nenhum Grupo Municipal, nós fizemos o agendamento em aditamento deste ponto, não só porque também tínhamos um pedido já para fazer um aditamento dos serviços da Câmara por uma matéria relacionada com a Ata, que nós já tratámos e solicitação do Tribunal de Contas. -----

----- Se o procedimento que foi comunicado à Mesa, pelo Presidente da 3ª Comissão não foi assim, ou se o entendimento que está consagrado na Ata da Conferência de Representantes em que a Presidente Helena Roseta informava destas mesmas diligências que tinha feito junto do Presidente da 3ª Comissão não for assim, nós não temos problema nenhum em não agendar esta discussão na generalidade, e em abordar o assunto na Conferência de Representantes. Mas fazendo fé naquilo que está na Ata da Conferência de Representantes, e naquilo que foi a comunicação que recebemos do Presidente da 3ª Comissão, o procedimento foi o normal e foi o habitual. -----

----- O Senhor Deputado Luís Newton está a pedir a palavra. O microfone ao Senhor Deputado, o Deputado António Prôa também tinha pedido, penso que até antes.” -----

----- **O Senhor Deputado Municipal Luís Newton (PSD)** no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Sim Senhor Presidente, eu vou passar a palavra ao Senhor Deputado António Prôa, só para lhe dar nota de que não está em causa aquilo que foi discutido, que foi discutido não, que foi apresentado no final da Conferência de Representantes, o que está em causa é a questão da informação não bater depois quando o próprio PSD procedeu à validação dessa informação que foi prestada pelo Senhor Presidente da Assembleia, existe na Conferência de Representantes, existem depois aqui relatos diferentes. -----

----- Eu vou passar a palavra o Senhor Deputado António Prôa, que para de forma mais concisa, possa explanar aquilo que está na origem da nossa posição. -----

----- Muito obrigado.” -----

----- **O Senhor Deputado Municipal António Prôa (PSD)** no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Senhor Presidente se me der então licença, que use da palavra” -----

----- **O Senhor Presidente em Exercício, Rui Paulo Figueiredo** no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Tem a palavra Senhor Deputado.” -----

----- **O Senhor Deputado Municipal António Prôa (PSD)** no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Senhor Presidente, eu sou Membro suplente da Comissão de Urbanismo e deuse a coincidência de eu ter estado presente na reunião da Comissão de Urbanismo, onde esta matéria foi alvo de discussão, onde eu, aliás, tive oportunidade também de intervir. -----

----- E permita-me Senhor Presidente que manifeste a minha surpresa, por esta sucessão de acontecimentos e de afirmações, Senhor Presidente, que não são coerentes com aquilo a que eu assisti. E, aliás, permita-me eu sou forçado a usar da palavra na ausência do Senhor Deputado Miguel Gama, que eu não tinha tido oportunidade de conhecer, conheci-o apenas neste mandato, mas por quem tenho



consideração, e queria-lhe ter dado uma palavra nesta reunião, antes de fazer esta intervenção, mas sou forçado pelo andar dos trabalhos a dizer o que vou dizer. -----

----- Esta sucessão de acontecimentos na minha opinião, não me parece sequer coerente com aquilo que foi a atitude manifestada pelo Senhor Presidente da Comissão de Urbanismo, porquanto nós fomos confrontados com alguma, permitam-me a expressão com alguma insistência, por parte da Senhora Presidente da Assembleia Municipal, relativamente à conclusão dos trabalhos da Comissão, no que diz respeito a este relatório sobre este plano pormenor. E foi, pelo menos foi esse o meu entendimento, aliás, foi isso que saiu da reunião o entendimento de que a Comissão deveria concluir o seu trabalho de análise na especialidade, desta proposta antes da emissão de qualquer parecer e, portanto, pareceu-nos não pertinente a elaboração a pedido de um parecer prévio, que é, aliás, uma prática que não é comum, eu confesso não ter experiência dessa prática, mas que, sobretudo, é isso que está em causa, é que aqui queria aqui sublinhar, não foi esse o procedimento que foi considerado ser adotado para esta mesma proposta. -----

----- Porque se assim fosse, a proposta de início teria sido, aliás, como está previsto no Regimento, alvo de uma apreciação na generalidade em Plenário e depois baixaria, estou a utilizar uma terminologia parlamentar, baixaria à Comissão de Urbanismo. -----

----- Ora bem, o que aconteceu foi que a proposta baixou diretamente à Comissão, passando por cima da possível apreciação na generalidade, e agora estamos a voltar atrás, permita-me Senhor Presidente, isto parece-me um bocadinho atabalhado, estamos a voltar atrás, para iniciar o processo de apreciação na especialidade, quando o processo, na generalidade perdão, quando o processo na especialidade já está em curso. -----

----- Senhor Presidente, não parece um bom princípio, acho que a Conferência de Representantes e a Senhora Presidente tem naturalmente todo o direito de, respeitando a letra do Regimento, para estas matérias iniciar o processo com uma apreciação na generalidade, mas não foi o caso desta proposta e, portanto, não vejo, aliás, em lado, algum, vejo uma justificação para uma alteração do procedimento. -----

----- E permita-me Senhor Presidente, na Comissão em que isto foi discutido e que eu estive presente a decisão unânime permita-me, dos Membros da Comissão foi, de facto, prosseguir e discordar, digamos assim, daquilo que tinha sido a solicitação da Senhora Presidente. -----

----- Acho que no futuro, se quisermos adotar este procedimento, enfim será discutido com certeza, mas parece-me que é uma possibilidade, e aliás, é o que está previsto no Regimento. -----

----- Agora, neste caso, em concreto, voltar atrás, acho que é uma atitude atabalhada e permita-me Senhor Presidente que insista, ainda ninguém justificou a necessidade de alterar este procedimento, no fundo, qual é a pressa, Senhor Presidente e que razão é que está subjacente a esta mudança de procedimento a meio da apreciação? -----

----- Ou seja, perguntando de outra forma, Senhor Presidente, se vamos apreciar na generalidade por algum motivo? Bom, então se vamos satisfazer essa preocupação com este procedimento hoje, bom, então, se calhar, não vale a pena depois

continuarmos a apreciação na especialidade, porque já não vai surtir efeito, porque o trabalho foi começado, eu não acompanhei desde início o trabalho na especialidade, mas há trabalho feito, e que tem que ser levado em linha de conta e, sobretudo, acho que não há necessidade, sobretudo, não há necessidade de mudar este procedimento, permita-me à pressa, e sem nenhuma justificação, não parece um bom princípio.-----

----- Muito obrigado.”-----

----- **O Senhor Presidente em Exercício, Rui Paulo Figueiredo** no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “Muito obrigado Senhor Deputado. O Deputado Miguel Santos está a pedir a palavra também.”-----

----- **A Senhora Deputada Municipal Inês Sousa Real (PAN)** no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “Muito boa tarde....”-----

----- **O Senhor Presidente em Exercício, Rui Paulo Figueiredo** no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “Mas eu ia resolver o assunto rapidamente...”-----

----- **A Senhora Deputada Municipal Inês Sousa Real (PAN)** no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “Só muito brevemente para reforçar aquilo que também já foi dito pelo Senhor Deputado Municipal António Prôa.-----

----- De facto, eu sou Deputada Municipal Suplente na Comissão, estive presente na reunião em que foi debatida a possibilidade de devolver ou não a petição à Assembleia Municipal, para depois ser votada na generalidade e subseqüentemente devolvida para a especialidade à Comissão. No entanto, não é isso que o artigo do Regimento diz de forma clara, ou seja nada impede esta Assembleia de voltar a devolver, ou pelo contrário, de não devolver à Comissão, para continuar a apreciar na especialidade os trabalhos que já foram até aqui desenvolvidos. Não foi essa a intenção, até de forma clara e inequívoca que foi votada pelos membros que compõem a Comissão e, portanto, até pelo respeito do trabalho que tem vindo a ser desenvolvido aqui pela Comissão, não podemos deixar de manifestar a nossa oposição esta intenção de aprovar aqui na generalidade a petição.-----

----- Obrigada.”-----

----- **O Senhor Presidente em Exercício, Rui Paulo Figueiredo** no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “Muito obrigada, Senhora Deputada.-----

----- Vamos encerrar este assunto, que não vale a pena eterniza-lo.-----

----- Tomando por bom, o comentário do Deputado Municipal António Prôa, e ficando essa lição para os Membros da Mesa e, eventualmente até para a Senhora Presidente, que devemos seguir logo no início, o que está no Regimento, e portanto, eventualmente, deveria ter agendado sem mais, para o Plenário.-----

----- O que se passou, mas estive aqui a confirmar com a Deputada Municipal Virgínia Estorninho, que é Membro da Comissão e, portanto, ela tem na ausência do Deputado Presidente da Comissão Miguel Gama. Ela diz-me que, de facto, houve várias

intervenções, e que pode não ter sido totalmente perceptível o consenso, que é transmitido e que se formou, e que para uns Deputados, porque a Mesa já recebeu várias comunicações aqui para a Mesa, sobre o que é que se passou na reunião. -----

----- Eu acho que é muito mais simples, nós não prosseguirmos com a apreciação deste ponto. Ou seja, mas também teria sido mais prático, e não sei se passou, porque é que eu não estava em nenhuma das reuniões, apesar de ser Membro, quer da 3ª Comissão quer da Conferência de Representantes, e até ter sido anunciado pela Senhora Presidente, que ia suspender o mandato, e que eu iria passar a exercer a presidência da reunião a seguir, e durante aqui um período de tempo em exercício. -----

----- Teria sido mais prático e fica uma lição para todos, que na Conferência de Representantes quando a Presidente Helena Roseta, descreveu o que consta da Ata, que pudesse ter sido suscitado que não era assim. E quando o Senhor Presidente da 3ª Comissão mandou um *e-mail*, que eu tenho aqui e para não prolongar a discussão não vale a pena estar aqui a lê-lo. Mas mandou um *e-mail* para todos os Membros da 3ª Comissão, e é verdade, que o Senhor Deputado António Prôa, tanto quanto me apercebo, sendo suplente, não foi destinatário deste *e-mail*, e estou certo pela qualidade e pelo brio, com que exerce os seus mandatos autárquicos, se tivesse recebido o *e-mail*, teria contraditado, se entendia que não é assim, mas como não foi destinatário do *e-mail*, teria sido mais interessante que qualquer outro Deputado Membro efetivo da Comissão, tivesse tido o entendimento que não era assim. E depois quando isto foi comunicado, antes de ser feito o aditamento à Conferência de Representantes novamente em que foi dado conhecimento, deste *e-mail*, e que já tinham conhecimento do que se tinha passado na Conferência de Representantes e que estava na Ata, que algum Senhor Representante tivesse dito que, eventualmente o que se estava a passar, ou que tinha sido comunicado, não era bem assim. -----

----- Mas, portanto sobre esta matéria, eu acho que até na ausência do Presidente da 3ª Comissão, eu tomarei a liberdade, tal como a solicitação da 3ª Comissão, agendei, tomo a liberdade de retirar este ponto, porque se o Senhor Deputado António Proa, não há pressa nenhuma, não há pressa nenhuma, sobre esta matéria, foi um diálogo que já vinha em curso, tanto quanto eu me apercebi, pela Ata e pela conversa, entre a Presidente da Assembleia Municipal e pelo Presidente da 3ª Comissão, e que consta da Ata da Conferência de Representantes. -----

----- Mas portanto, para que não haja dúvida nenhuma, eu acho que até ganhamos todos, em que este ponto fique adiado, e que seja objeto de conversa numa futura Conferência de Representantes, se o agendamos na generalidade, como dizia o Regimento, ou se tendo iniciado o trabalho na especialidade, que ele deve prosseguir e ser concluído na especialidade, no devido tempo e com as diligências que estão em curso, e depois será agendado com a emissão de parecer, sem esta distinção a duas voltas. -----

----- Quanto ao Ponto 7, e tenho um pedido de palavra do Deputado Modesto Navarro. Quanto ao Ponto 7, nós não vemos motivo nenhum para que ele não seja deliberado, como tem sido sempre prática nesta matéria. -----

----- Tenho um pedido de palavra transmitido aqui pela Deputada Municipal Virgínia Estorninho, quer da Deputada Municipal Alexandra Mota Torres e depois do Deputado Municipal Modesto Navarro. Mas são intervenções ou são interpelações à Mesa?-----

----- A Deputada Municipal Alexandra Torres está a prescindir, portanto, Senhor Deputado Municipal Modesto Navarro tem a palavra.”-----

----- **O Senhor Deputado Municipal Modesto Navarro (PCP)** no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “No que se refere à última, por que foi na última Conferência de Representantes e da Mesa, de facto, a Senhora Presidente apresentou esta situação de forma concludente, que já tinha falado com o Presidente da 3ª Comissão e que, portanto, haveria uma discussão prévia digamos assim, geral.-----

----- Nós aceitámos essa diligência da Senhora Presidente, não podíamos estar a contradita-la, até de facto, pela matéria que esta proposta contém, e nós já vimos aqui na semana passada, por exemplo, vários testemunhos qualificados sobre a situação de construção naquele território.-----

----- Sobre a questão da reabilitação urbana e sobre o perigo deste território, enfim, um perigo terrível sobre em relação a qualquer aspeto sísmico. Para nós e hoje tive a reler o trabalho que já foi realizado pela 3ª Comissão, o parecer está já substancialmente desenvolvido. Nós já tivemos Boavista nascente, temos agora o Boavista poente, para mais problemas em relação à construção em altura e em relação a caves, mas bom, é bom, é que a Comissão a 3ª Comissão, complete este trabalho de parecer e depois possamos aqui discutir a proposta.-----

----- Muito obrigado.”-----

----- **O Senhor Presidente em Exercício, Rui Paulo Figueiredo** no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “Muito obrigado Senhor Deputado Modesto Navarro, acho que fez boa luz, não só sobre o que se terá passado na Conferência de Representantes, porque é o que consta da Ata dessa Conferência, como também daquilo que tem sido o trabalho da 3ª Comissão. Mas na ausência, do Presidente da 3ª Comissão, e para não criarmos mais polémicas, a não ser que o PSD queira alterar essa posição. Eu acho que a solução mais prática é nós retirarmos este ponto da Ordem de Trabalhos, isto ser dirimido novamente em Conferência de Representantes.-----

----- Tenho um pedido de palavra do Senhor Deputado Luís Newton.”-----

----- **O Senhor Deputado Municipal Luís Newton (PSD)** no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “Senhor Presidente é para dizer que relativamente à questão, que levantámos no ponto 7 e atendendo aos esclarecimentos que foram prestados pelo Senhor Presidente, só podemos concluir que houve uma falha da parte também do nosso lado, relativamente à solicitação de parecer. E portanto, sendo a falha do Grupo Municipal do PSD, não faz então sentido, estaremos então disponíveis para também nessa matéria rever a nossa posição, e prosseguirmos à votação do ponto 7.-----

----- Relativamente à questão do ponto 9 mantemos a posição, porque de facto, como disse também o Deputado Modesto Navarro, só depois de termos sido confrontados com aquela posição da Senhora Presidente, não tendo na altura os argumentos para a contraditar é que podemos atualizar com informação no caso, como o Grupo Municipal do PSD teve em momento de reunião própria, de conferir que havia aqui uma discrepância que prejudicava uma análise adequada de um processo que não beneficia com essa com esta situação. -----

----- Muito obrigado.” -----

----- **O Senhor Presidente em Exercício, Rui Paulo Figueiredo** no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Então vamos então para concluir os nossos trabalhos, votar e apreciar o ponto 7 com as nossas desculpas, ao Vereador Manuel Salgado, que se deslocou para este ponto, para não termos nenhuma polémica sobre esta matéria. Também é algo que estou em crer que se se resolverá rapidamente, se estivesse cá o Presidente da 3ª Comissão, ele poderia exprimir aquilo que consta do *e-mail*, e portanto podíamos tomar outra decisão, não tomando e não estando, acho que é mais prático, nós não criamos polémicas desnecessárias, quando, no fundo, o que estava proposto pela 3ª Comissão não concluiria o processo. Ou seja, é só uma apreciação na generalidade e trabalho na especialidade, como disse e muito bem o Deputado Municipal Modesto Navarro, está bem adiantado, iria continuar e podemos tratar que ele continue e que este assunto seja resolvido, porque não havendo pressa, também não há motivo especial para que ele continue a ser adiado, porque é um assunto e uma matéria relevante para a cidade. -----

---- Vamos então à apreciação da Proposta 137/2018, “Assunção de compromissos plurianuais aquisição de mobiliário escolar para os jardins-de-infância, escolas básicas do 1º ciclo da rede pública da cidade de Lisboa.” -----

----- Não sei se a Câmara quer apresentar a proposta. A Câmara prescinde. Nós não temos inscrições para este ponto. E, portanto, vamos passar à votação da proposta. Quem vota contra? Não registámos votos contra. Quem se abstém? Também não registamos abstenções. A proposta 137/2018 foi aprovada por unanimidade. -----

----- **Proposta nº 137/CM/2018**, não há votos contra, nem abstenções, votos a favor do PS, PSD, PCP, CDS-PP, BE, PEV, MPT, PAN, PPM e 8IND. A **Proposta nº 137/CM/2018** foi aprovada por **unanimidade**. -----

----- **O Senhor Presidente em Exercício, Rui Paulo Figueiredo** no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “E, portanto, damos por encerrados os nossos trabalhos de hoje, já foi enviada à convocatória para a Assembleia Municipal debate temático da próxima quinta-feira.”

----- Muito obrigado.” -----

----- A sessão terminou, eram dezoito horas e vinte minutos. -----

----- **Nota:** As propostas votadas na presente reunião foram aprovadas, em minuta, nos termos da deliberação n.º 353/AM/2017 tomada pela Assembleia, por unanimidade, na reunião realizada no dia 21 de Novembro de 2017. -----

----- Eu \_\_\_\_\_, a exercer funções no Gabinete de Apoio à Assembleia Municipal lavrei a presente ata que também assino, nos termos do disposto no n.º 2 do art.º 57.º do Anexo I à Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro, do n.º 2 do art.º 90.º do Regimento da Assembleia Municipal de Lisboa e do despacho da Senhora Presidente da Assembleia Municipal de Lisboa exarado em 6 de Novembro de 2017 na folha de rosto anexa à Proposta n.º 1/SMAM/2017.-----  
-----O PRESIDENTE EM EXERCÍCIO -----